

**Relatório da Administração
Exercício 2011**

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., acompanhadas do Relatório de Administração, referentes ao exercício de 2011, os quais foram elaborados em consonância com as normas definidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1. Contextualização

1.1 Banco da Amazônia: sete décadas dedicadas à Região

Criado no ano de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Banco da Amazônia, hoje, tem a missão precípua de "criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente" tendo como foco de atuação a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região.

Durante a sua existência, o Banco se mantém como principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica na construção de um padrão de vida com qualidade, compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades que a Amazônia oferece, alinhado às políticas do Governo Federal, estados e municípios.

O compromisso da Instituição com o desenvolvimento sustentável possibilitou o redirecionamento de sua forma de atuação, a qual passou do tradicional para o sustentável, buscando inserir a economia regional nos mercados nacional e internacional, mediante a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, dentre outras.

O Banco continua a focar suas ações nos planos políticos e programas de governo, como a Política Nacional de Reforma Agrária, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Política Nacional de Turismo e Operação Arco Verde, entre outras.

1.2 Cenário econômico

Após um primeiro semestre de crescimento econômico anualizado na ordem de 4,9%, a economia brasileira diminuiu bastante seu ritmo de expansão na segunda metade do ano, respondendo às políticas econômicas contracionistas implementadas pelo Governo naquele momento. Em período imediatamente anterior, o Produto Interno Bruto (PIB) permaneceu inalterado no terceiro trimestre, ao passo que no resultado acumulado de quatro trimestres houve variação de 3,7%.

A produção da indústria nacional reduziu o ritmo ao longo do ano. Por sua vez, a Balança Comercial brasileira encerrou 2011 com superávit 47,9% superior ao do ano passado. O saldo de US\$27.790 bilhões foi derivado de uma corrente de comércio com recordes tanto no lado das exportações quanto nas importações, US\$256,041 e US\$226,251 bilhões, respectivamente.

Apostando em um aprofundamento da crise econômica da Europa e seus reflexos na economia nacional, o Comitê de Política Monetária (COPOM), em reunião de 31.08.2011, iniciou um ciclo de redução na taxa básica de juros, mesmo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em doze meses em trajetória ascendente e acima da meta de inflação estabelecida pelo Governo. Desde então a meta da taxa SELIC foi reduzida em 150 pontos-base, saindo 12,5% a.a. e encerrando 2011 em 11% a.a.

Esse movimento reduziu o custo de captação dos bancos, que se refletiu em menores taxas pagas pelos tomadores de crédito. Por outro lado uma SELIC menor impacta na rentabilidade da carteira de tesouraria das instituições financeiras.

2. Programas e ações desenvolvidas

A gestão do novo modelo de financiamento implementado pelo Banco tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada estado. Isso supõe que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

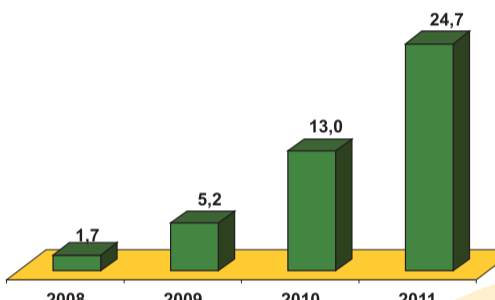
2.1 Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - AMAZÔNIA FLORESCE

Em 2011, o Microcrédito Produtivo Orientado teve um grande impulso no Brasil com o lançamento do Programa CRESCER pelo Governo Federal para estimular o mercado microfinanceiro e o empreendedorismo popular. Neste cenário favorável, o Banco manteve a disponibilização do Programa de Microfinanças, denominado Amazônia Florescer, o qual visa atender, através da concessão e acompanhamento do crédito, os empreendedores populares e agricultores familiares, promovendo a inclusão financeira e a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento com equidade social e sustentabilidade econômica na região da Amazônia Legal.

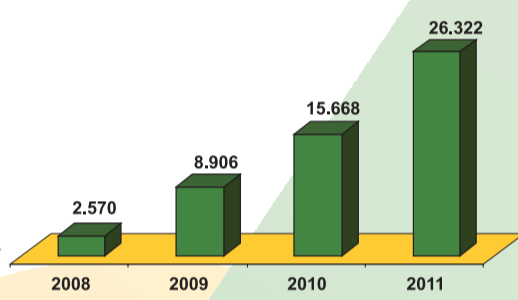
Acompanhando a política do governo federal, o Banco expandiu o programa Amazônia Florescer, em que foram abertas oito unidades de microfinanças, sendo três na vertente urbana (Santarém-PA; Castanhal-PA; e Manaus-AM) e cinco na vertente rural (Capenema-PA; Macapá-AP; Pedreira-PA; Santarém-PA e Tailândia-PA).

O volume de aplicação ficou na ordem de R\$12 milhões, crescimento de 105,22% em relação a 2010. Alcançou o montante de R\$24,7 milhões ao longo de quatro anos de sua existência, sendo beneficiados 10.654 clientes, com um acumulado de 26.322 clientes.

**Amazônia Florescer Urbano
(Aplicação Acumulada - Em R\$ milhões)**



**Amazônia Florescer Urbano
Clientes atendidos**



A sustentabilidade é um desafio encarado com grande responsabilidade pelo Amazônia Florescer. Sua missão vai muito além de permitir o acesso ao crédito. O Banco quer ser um grande parceiro apoiando o empreendimento de seus clientes.

Para o alcance desse objetivo, é fundamental a capacitação continuada de todos os envolvidos com o programa. Para isso o programa contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que disponibilizou recursos financeiros para o desenvolvimento da gestão organizacional e estratégica do programa e para a formação dos recursos humanos diretamente envolvidos com o processo de concessão e acompanhamento do crédito (capacitação em análise de necessidade de investimento; gestão em microfinanças e oficina administrando a inadimplência).

Outro aspecto importante foi fidelizar e valorizar os clientes do programa com a realização de ações rotineiras de entrega de "Certificados de Boas Práticas de Gestão" aos clientes com pagamentos do crédito em dia; de confraternização "Café com o Cliente", visando a captação de novos clientes; e de realização do 1º Encontro Anual de Coordenadores de Grupo Solidários.

2.2 Projetos de reflorestamento

Cerca de R\$43 milhões foram aplicados pelo Banco da Amazônia em projetos de reflorestamento e manutenção da floresta amazônica, por meio do FNO-Biodiversidade, que tem como fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que é voltado para a implantação, ampliação, modernização, reforma e realocação de empreendimentos que privilegiem o uso de recursos naturais, utilizando as boas práticas de manejo.

A linha FNO-Biodiversidade beneficia produtores rurais, populações tradicionais da Amazônia não contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e pessoas jurídicas que tenham a sede da administração no País e sejam organizadas em conformidade com a lei brasileira.

O Banco da Amazônia foi agraciado com o prêmio internacional ALIDE VERDE, pelo trabalho desenvolvido com o programa FNO-Biodiversidade. A premiação ocorreu durante a 41ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE) que reúne 80 membros da América Latina e Caribe. O prêmio foi entregue ao presidente do Banco, Abidias Junior, no Hotel Sheraton-Asunción, em Assunção, no Paraguai.

O prêmio ALIDE VERDE tem por objetivo principal o reconhecimento das iniciativas dos bancos de desenvolvimento da América Latina e Caribe, que contribuem para o desenvolvimento econômico e social e que também visam ao progresso em conjunto com a preservação do meio ambiente.

2.3 Apoio à Assistência Técnica

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Banco da Amazônia envida esforços que possibilitam a execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

No desenvolvimento de ações voltadas ao apoio aos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), foram firmados convênios de repasse de recursos com os estados do Acre, Pará, Rondônia, Tocantins e Amazonas, este último com convênio ativo, ainda em fase de liberação de recursos.

Os recursos disponibilizados pelo Banco, de natureza não reembolsável, no valor de R\$3 milhões, são investidos no fortalecimento da infraestrutura física dos Órgãos de ATER (aquisição de carros, motocicletas, embarcações e equipamentos diversos como computadores, GPS, entre outros) e capacitação de técnicos e produtores rurais, a fim de qualificar o crédito da Agricultura Familiar e melhorar os serviços de extensão rural.

3. Carteira de Fomento

Com sua missão de ser o principal agente financeiro do Governo Federal para promover o desenvolvimento da Região Amazônica, o Banco da Amazônia S.A. dispõe de recursos financeiros específicos para essa finalidade.

Esses recursos denominam-se de fomento, os quais são compostos entre outros, por recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), fonte mais expressiva em volume e setores/segmentos beneficiados, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), além de recursos de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e do Orçamento Geral da União (OGU).

Em 2011, o volume de crédito de fomento contratado alcançou o montante de R\$2.510,3 milhões, sendo liberado R\$2.866,7 milhões, envolvendo contratações de exercícios anteriores.

3.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) é a principal fonte para promover o desenvolvimento humano, econômico e social das comunidades locais, atendendo projetos de agricultura e pecuária de pequena, média e grande escalas, microempresas voltadas às exportações e negócios nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços que maximizem resultados socioeconômicos, com baixo impacto ambiental.

No exercício de 2011, foram contratados, com recursos do FNO, 32.064 operações de crédito no valor total de R\$1.870,2 milhões. As atividades de menor porte (micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais) demandaram o maior número de contratações, correspondendo a 31.299 operações realizadas (98% do total).

Cabe destaque para os empreendimentos dos pequenos agricultores de base familiar e as operações de microfinanças, tendo sido contratadas 28.271 operações (88% do total). Houve aporte de R\$428,1 milhões, dos quais R\$426,3 milhões somente para as operações do PRONAF, com 27.356 contratos.

Para empreendedores individuais, correspondendo a 217 contratos, foram alocados R\$970,8 mil.

As atividades do setor rural demandaram 40% dos financiamentos (R\$747,2 milhões) e 92% das operações contratadas (29.258 contratos), com destaque para as operações do PRONAF, com R\$426,3 milhões em 27.356 operações e as operações do segmento agropecuário, com 1.168 operações, no valor total de R\$270,6 milhões. Nos demais setores, destaque para a infraestrutura, com a contratação de cinco projetos no valor total de R\$503,2 milhões e as atividades de comércio e prestação de serviços, com 1.960 operações de crédito no valor total de R\$382,6 milhões.

Os estados que mais demandaram recursos do FNO foram, na ordem, Amazonas com R\$533,3 milhões (29%), Rondônia com R\$459,2 milhões (25%) e Pará com R\$407,9 milhões (22%). Em termos de contratações, constata-se o estado do Pará com o maior número de contratos, 14.176 operações realizadas (44%), seguido por Tocantins com 5.942 operações (19%) e Amazonas com 5.179 operações (16%).

3.2 Outras fontes

Utilizando outras fontes de recursos (FAT/BNDES/OGU), foram contratadas 3.960 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$77,9 milhões (R\$22,0 milhões em 2010).

Através do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o qual tem por finalidade financiar investimentos para implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal, foram aplicados R\$383,6 milhões, beneficiando, especialmente, o setor hidroelétrico.

3.3 Agricultura familiar

Várias são as ações que o Banco vem implementando com relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com destaque para o mecanismo de monitoramento dos serviços de assistência técnica, visando garantir melhor qualidade na aplicação dos recursos; instituição do gatilho da inadimplência; vistoria prévia nas propriedades dos proponentes de projetos para acesso ao crédito; exigência de garantias reais para operações com valores superiores a R\$18 mil; reformulação da declaração de posse mansa e pacífica e capacitação de técnicos interna e externamente.

3.4 Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas também tiveram o apoio financeiro do Banco, com ampliação da oferta do crédito, alcançando o total de R\$664,6 milhões (R\$797,4 milhões em 2010), correspondente a R\$390,5 milhões em micro e R\$284,1 milhões em empresas de pequeno porte. A maior parte dos recursos teve origem na carteira de fomento (R\$616,9 milhões), ficando a carteira comercial com o total de R\$47,7 milhões.

4. Crédito Comercial

Através de sua carteira de Crédito Comercial, o Banco busca atender as necessidades de curto prazo dos clientes da carteira de fomento, bem como satisfazer as demandas creditícias dos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo, através de operações de câmbio e de crédito geral.

A média anual de aplicação da Carteira Comercial, em 2011 foi de R\$1.125,8 milhões, incremento na ordem de 2,7% em relação a 2010, em que R\$1.056,1 milhões representam o saldo médio da carteira de Crédito Comercial (evolução de 6,3% em relação a 2010) e R\$69,7 milhões representam o saldo médio da área de Crédito.

5. Desempenho Econômico - Financeiro

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2011 com ativos totais de R\$9.871,6 milhões, registrando crescimento de 16,7% em relação a 2010 (R\$8.462,0 milhões).

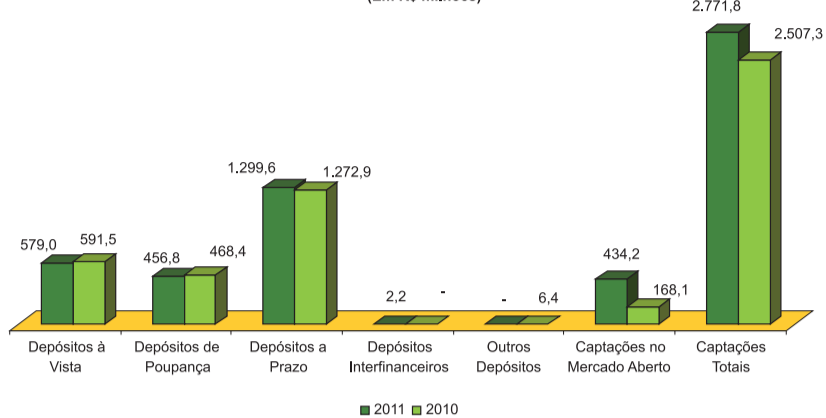
A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários juntamente com Aplicações Interfinanceiras permanecem como os maiores componentes, representando 62,1% desse total, seguida da Carteira de Operações de Crédito, com 22,0%.

A carteira de crédito (desconsiderando as operações com recursos do FNO) encerrou o exercício com saldo de R\$2.337,5 milhões, o que representa uma evolução de 19,9% em relação a 2010 (R\$1.950,3 milhões).

A carteira de crédito apresentou melhoria na qualidade em razão das novas políticas adotadas para sua concessão e acompanhamento, evidenciado através da redução da inadimplência, bem como pelo decréscimo das operações vencidas (a partir de 15 dias) do total da carteira, que em 2010 era de 11,3% passando a corresponder a 4,8% em 2011. Os créditos classificados como de risco AA a C, representam 94,6% do total da carteira enquanto que no exercício anterior eram de 89,3%. O Índice de Qualidade da Carteira (IQC) fechou em 8,5% (7,2% em 2010).

Em termos de captação no mercado, o Banco, no exercício de 2011, manteve-se praticamente com o mesmo desempenho do ano anterior, encerrando com o saldo de R\$2.336,7 milhões em depósitos (R\$2.339,3 milhões em 2010), que, somados às operações compromissadas (lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro), totalizaram R\$2.771,8 milhões (R\$2.507,3 milhões em 2010) de recursos.

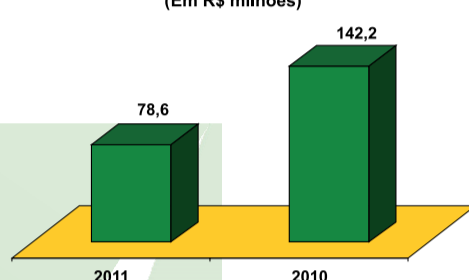
**Captações de Mercado
(Em R\$ milhões)**



As obrigações por empréstimos e repasses, compostas por recursos do BNDES, Orçamento Geral da União (OGU) e Caixa Econômica Federal (CEF), fecharam com saldo de R\$468,4 milhões (R\$440,0 milhões em 2010), com uma participação de 5,8% no total do passivo.

Em termos de resultado, o Banco da Amazônia S.A. encerrou o exercício de 2011 com lucro líquido de R\$78,6 milhões, inferior em 44,7% em relação ao ano de 2010. Com o lucro líquido obtido no exercício, a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 2010 ficou em 4,1% (7,5% no ano anterior) e corresponde a R\$0,03 por ação.

**Lucro Líquido
(Em R\$ milhões)**



O Patrimônio Líquido manteve-se, também, estável comparativamente a 2010 (R\$1.934,2 milhões em 2011 e R\$1.933,6 milhões em 2010). A rentabilidade em relação ao patrimônio líquido de 2010 foi de 4,1%, uma vez que o lucro ajustado, após a constituição da reserva legal, no montante de R\$78,5 milhões (R\$142,2 milhões em 2010), foi totalmente distribuído aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

O Índice de Basileia ficou em 17,1% em 2011 (22,6% em 2010).

6. Rede de Atendimento



O Banco da Amazônia faz parte da vida de quem mora na Região Amazônica por meio da concessão de crédito, apoios e patrocínios que geram emprego, renda e melhoria na qualidade de vida das populações locais.

Para isso, a política de expansão sempre será uma constante para a Instituição, uma vez que somente assim o Banco cumpre sua meta, que é promover o desenvolvimento sustentável da Região.

No exercício de 2011, foram inauguradas nove novas unidades de negócios (pontos de venda) e efetuou a renovação de mais de 140 terminais eletrônicos. Essas inaugurações incrementaram em 8,3% a rede de agências do Banco da Amazônia, que agora passa a contar com 181 unidades de atendimento na Amazônia Legal, sendo 117 agências, 54 postos de atendimento eletrônico (PAE), cinco postos de atendimento bancário (PAB) e cinco postos de atendimento avançado (PAA).

O Banco da Amazônia também faz parte da Rede TECBAN, que conta atualmente com 44 mil terminais de auto atendimento, sendo 12 mil da Rede Banco24 horas e 32 mil oriundas do compartilhamento de redes, distribuídos estrategicamente em todos os estados brasileiros.

7. Recursos Humanos

O Banco encerrou o ano de 2011 com 3.085 empregados e 379 estagiários, totalizando 3.464 colaboradores. Para esses empregados são desenvolvidos, permanentemente, programas de treinamento e capacitação. Os cursos são focados, em especial, para as áreas operacionais e técnicas. Assim, em 2011, foram investidos R\$3,3 milhões, em 207 eventos.

8. Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Em razão do desequilíbrio atuarial verificado no Plano de Benefício Definido (BD) administrado pela CAPAF, no final de 2000, foi adotada nova estratégia com o objetivo de solucionar os problemas de déficit do plano, que envolvia a implantação de um novo plano, na modalidade de contribuição definida para os benefícios programados, denominado Plano Misto de Benefícios.

O Plano Misto foi efetivamente implantado em 01.06.2001, entretanto esse novo Plano sofreu forte resistência por parte das associações representativas de empregados e aposentados, culminando com diversas ações judiciais, sendo que, em 19.12.2001, foi decretada a suspensão dos seus efeitos pelo Judiciário, somente retornando à normalidade em 2004. Migraram para o Plano Misto 936 participantes, dentre ativos e assistidos, representando 30,45% do total.

A partir de então, a CAPAF passou a administrar dois planos de benefícios: um plano BD que teve sua aprovação em 1981 e um plano Misto. Em virtude da continuidade do desequilíbrio dos planos de previdência administrados pela CAPAF, em fevereiro de 2005 o Conselho de Administração do Banco aprovou a contratação de consultoria especializada para formatar um plano de recuperação.

Em março/2006, foi assinado "Termo de Compromisso", a ser encaminhado à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), com prazo de 90 dias, firmado entre o Banco da Amazônia, CAPAF, Associação dos Empregados (AEB), a Associação dos Aposentados (AABA) e demais entidades representativas dos empregados (sindicatos e confederações).

No referido Termo "as partes assumiram o expresso compromisso de envidar todos os esforços possíveis para buscar, de comum acordo e mediante propostas negociadas de concessões mútuas, uma solução viável e definitiva para o equacionamento do déficit do Plano BD".

Em agosto/2006, foi assinado o "Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos de Benefícios da CAPAF", no qual, novamente, as partes acordam em envidar todos os esforços, atuando com grupos de interesses que representavam, a fim de permitir a correta compreensão de todos os que possam aderir à referida reestruturação dos planos.

Considerando a complexidade e o volume de recursos envolvidos no projeto, inúmeras tratativas foram mantidas no âmbito do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Previdência Complementar.

Decorridos mais de três anos, após contemplar os ajustes sugeridos pelas diversas esferas do governo federal, a quem o Banco está subordinado, o projeto foi entregue à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em 06.08.2010, foram publicadas no Diário Oficial da União as Portarias nºs 585, 586, 587, 588 e 589, todas de 05.08.2010, pelas quais a PREVIC autorizou a aplicação dos regulamentos do Plano de Benefícios Previdenciários Prev Amazônia, do Plano Saldo de Benefício Definido, e do Plano Misto de Benefícios Saldo; e aprovou as alterações dos regulamentos do Plano Misto de Benefícios e do Plano de Benefícios Previdenciários (BD). Referidos atos fixaram o prazo de 180 dias para início de funcionamento dos planos.

De acordo com estudo desenvolvido pela consultoria contratada para implantação do projeto de reestruturação da CAPAF, o déficit atingiu o montante de R\$1,207 bilhão, dados com base em fevereiro/2010, cabendo ao Banco a responsabilidade por 72,84% da insuficiência de recursos.

Com o propósito de prestar esclarecimentos a respeito da versão final dos novos planos de benefícios, foram realizadas reuniões, primeiramente com os signatários dos "Termos de Compromisso", e, posteriormente, em todas as principais cidades da Amazônia e mesmo naquelas localizadas fora da Região nas quais o Banco não mais possui representação, mas onde ainda residem grupos de aposentados e pensionistas, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza.

Mesmo enfrentando forte resistência por parte de algumas entidades representativas dos empregados e aposentados, foi iniciada, em novembro de 2010, a fase de adesão.

Diante das dificuldades para implantação, a PREVIC autorizou a prorrogação, por mais 120 dias, do prazo para início do funcionamento dos novos planos de benefícios.

Exauridos todos os recursos líquidos, no mês de março a CAPAF não pôde honrar com o pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de sua responsabilidade, vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD), fato que originou o ingresso de ações judiciais, por parte dos beneficiários do plano, cujas sentenças obrigam o Banco e a CAPAF a procederem, solidariamente, o pagamento, a cada dia 23, da complementação do benefício previdenciário dos aposentados e pensionistas de responsabilidade da CAPAF, vinculados ao Plano BD.

Por força da decisão judicial, o Banco da Amazônia já repassou à CAPAF, o valor de R\$28,0 milhões, compreendendo o período de março a dezembro/2011.

Mesmo diante do quadro que se apresentava, em 08.07.2011, foi realizado mais um seminário, em Belém (PA), com a participação de mais de 300 pessoas entre ativos, aposentados e pensionistas, com o propósito de prestar novos esclarecimentos a respeito do projeto de reestruturação da CAPAF e apresentar experiências de caixas de previdência complementar de entidades congêneres como a PREVI (Banco do Brasil); CAPEF (Banco do Nordeste) e CAFBEP (Banco do Estado do Pará), além da participação do Consultor Jurídico da CAPAF e Presidente Nacional da OAB que discorreu sobre a atuação do Estado na fiscalização da gestão dos fundos de pensão.

A partir de então, o Banco deflagrou uma campanha mais agressiva de informação, intensificando as comunicações internas; promovendo reuniões com grupos específicos de participantes, visitando as dependências da Matriz e agências e residência de assistidos, e passou a utilizar a mídia externa escrita, de rádio e televisão, alertando a sociedade para a grave situação da CAPAF.

Duas campanhas publicitárias foram veiculadas na televisão, com inserção em horário nobre e no intervalo dos programas de maior audiência, com a participação de cantora e de ator de renome nacional.

A CAPAF passou a contatar diretamente com os aposentados e pensionistas que ainda não haviam efetivado a adesão, mantendo um canal 0800 para prestar esclarecimentos a respeito do projeto. Além da sede da CAPAF, foi montado um estande no andar térreo do Edifício Sede do Banco para atendimento aos associados da CAPAF.

Em 30.09.2011, esgotou o prazo concedido pela PREVIC para início do funcionamento dos novos planos que alcançaram o índice de 61,20% de adesão do público-alvo, aquém, portanto, do percentual estabelecido para viabilizar, atuarialmente, a implantação do projeto. Aderiram 2.196 de um total de 3.587 participantes.

Diante da não implantação do plano de reestruturação, a PREVIC, através das Portarias nºs 573 e 574, publicadas no Diário Oficial da União de 04.10.2011, decretou a intervenção e nomeou o interventor da CAPAF, tendo sido fixado o prazo de 180 dias para a conclusão.

O Banco continua registrando e repassando, normalmente, as suas contribuições, inclusive aquelas decorrentes de decisão judicial para complementação da insuficiência de recursos para pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de responsabilidade da CAPAF vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD).

9. Gestão de riscos

A gestão de risco operacional do Banco da Amazônia está inserida nas melhores práticas recomendadas pelo Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil.

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

É constituída por um conjunto de diretrizes, tendo por objetivo proporcionar adequado gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição e encontra-se acessível a todos os empregados através de sistema corporativo.

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), parte complementar do processo de gestão de riscos, é um importante componente da gestão do risco operacional, em que estão estabelecidos os fundamentos da gestão de continuidade de negócios na Instituição.

A estrutura de gestão do risco operacional é responsável por desenvolver políticas, processos e procedimentos que permitam identificar, avaliar e gerenciar os riscos operacionais da Instituição, permeando toda a Organização, inclusive as unidades e níveis hierárquicos que possuem papéis e responsabilidades.

10. Investimento Social

O foco do Banco da Amazônia não está restrito apenas ao crédito para desenvolvimento da Região Amazônica. A Instituição busca estar presente nos projetos sociais e culturais, por meio de uma política transparente e democrática, realizando anualmente o edital de patrocínios, em que os projetos inscritos são analisados por uma comissão multidisciplinar, tomando por base a aderência aos objetivos do Banco, às ações governamentais e, sobretudo, a execução no âmbito regional, envolvendo todos os municípios da Amazônia. Após classificados em ordem decrescente pela pontuação, os projetos de patrocínio são selecionados por um comitê e validados pela Diretoria Executiva do Banco.

No exercício de 2011, foram aplicados mais de R\$6 milhões (quase R\$4,2 milhões em 2010), em mais de 290 projetos em toda a Região Amazônica, beneficiando diretamente mais de 25 mil pessoas e indiretamente mais de 3,5 milhões em ações de patrocínio nos diversos segmentos de atuação, tais como: exposições e congressos, ações de valorização social, esportiva e cultural.

Dentre os projetos executados em 2011, destacam-se:

No âmbito cultural: Cultura a Céu Aberto, realizado na cidade de Rio Branco (AC); Festival Internacional de Audiovisual Pachamama – Cinema de Fronteira, integração cultural entre Brasil, Peru e Bolívia; XXIV Festival Internacional de Música do Pará, realizado pela Fundação Carlos Gomes em Belém (PA).

No âmbito social e ambiental: Educando para Evitar o Sofrimento: ações em parceria com a Marinha do Brasil que atende pessoas escalpeladas por hélice de motor nos rios da Amazônia; Arte na Escola: busca oportunizar às crianças e aos jovens em situação de risco a possibilidade de conhecer e estudar a arte da dança, teatro e xadrez; Novo Amanhã: busca contribuir para a socialização e fortalecimento da auto-estima de idosos, com perspectiva de favorecer a vivência saudável do processo de envelhecimento; Reflore-Ser: programa de educação ambiental que visa à redução das queimadas, a partir da sensibilização, formação, capacitação e qualificação dos diversos atores no processo de preservação ambiental.

No âmbito institucional: Quinta Cultural: abriga ações socioculturais e de cidadania empresarial, mantendo a posição desenvolvimentista regional do Banco não somente no campo da economia, como também de fomentador da cultura regional. O projeto encerrou 2011 arrecadando 43.640 kg de alimentos. Acumulou arrecadação total de 270.420 kg, com atendimento de cerca de 624 instituições e aproximadamente 121.600 pessoas; Campanha Natal Solidário: A Campanha Natal Solidário 2011 foi direcionada aos funcionários, mas toda a sociedade pôde participar. O material arrecadado (23.418 brinquedos) foi dividido igualmente entre as 120 instituições participantes.

11. Governança

Circular 3.068/2001 – Registro e avaliação contábil de instrumentos derivativos

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R\$360,8 milhões, que representam 7,4% do total de sua carteira de títulos.

Auditoria Independente

O Banco adota políticas internas para atender aos princípios que preservem a independência de seus auditores, de acordo com as normas brasileiras e internacionais. Essas políticas consistem em que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no Banco, nem promover os interesses do Banco.

Em referência a Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, o Banco da Amazônia informa que a Ernst & Young Terco, Auditoria Independente do Banco, foi contratada em 17 de junho de 2009 através do processo de licitação, tipo "menor preço", modalidade pregão eletrônico 2009/023, para prestar serviços de assessoria na implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Banco da Amazônia. O contrato permite a prorrogação em até 48 meses.

Conforme escopo dos serviços propostos e com base nas normas de independência profissional da Ernst & Young Terco e dos órgãos reguladores, os serviços a serem prestados pela Ernst & Young Terco não constam na lista dos serviços não permitidos para clientes de auditoria. Na prestação dos serviços, a Ernst & Young Terco não estará agindo em nome da administração do Banco, não efetuará os cálculos de ajustes, remodelamentos de sistemas contábeis e de controles internos, preparação das demonstrações financeiras e não estará na posição de auditar o seu próprio trabalho. Dessa forma, a Ernst & Young Terco declara que a prestação destes serviços não afeta a sua independência profissional, enquanto auditores independentes do Banco da Amazônia.

Comitê de Auditoria (COMAUD)

Em atendimento a Resolução nº 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco dispõe de um Comitê de Auditoria, como unidade de apoio ao Conselho de Administração, com atribuições e encargos estabelecidos na legislação e regulamentação vigente e no Estatuto Social do Banco.


Ouidoria

A Ouidoria do Banco da Amazônia constitui um canal de comunicação entre a Instituição, clientes e usuários de seus produtos e serviços. Durante o exercício de 2011, ocorreram um mil e trinta e seis (1036) demandas, compreendendo seiscentos e sessenta (660) reclamações, dezesseite (17) solicitações, nove (09) elogios, dez (10) sugestões, trinta e sete (37) denúncias e trezentos e três (303) pedidos de informação. Todas as manifestações recebidas foram respondidas dentro do prazo estabelecido pela Resolução nº 3.849/2011, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 21 71) ou do endereço eletrônico ouidoria@bancoamazonia.com.br, que pode ser acessado diretamente do site do Banco (www.bancoamazonia.com.br). Podem também ser agendados atendimentos presenciais ou encaminhadas mensagens via correio para o endereço: Av. Presidente Vargas nº 800 – Bairro: Campina - Belém-PA, CEP nº 66017-000.

Agradecimentos

A confiança de seus clientes e o comprometimento de seus colaboradores são os pilares que têm permitido ao Banco da Amazônia ser identificado pela

marca , que representa solidez e dinamismo, levando-o a continuar

Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

A todos os nossos agradecimentos.

Administração

BALANÇO PATRIMONIAL					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010					
(Em milhares de Reais)					
ATIVO	31.12.2011	31.12.2010	PASSIVO	31.12.2011	31.12.2010
Circulante	4.317.310	3.882.908	Circulante	6.398.977	5.090.063
Disponibilidades	41.070	81.071	Depósitos	2.257.112	2.249.988
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.272.762	945.792	Depósitos à Vista	579.028	591.548
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	763.001	399.995	Depósitos de Poupança	456.821	468.393
(Provisões para Perdas)	(550.210)	(582.246)	Depósitos Interfinanceiros	2.173	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.095.541	1.654.854	Depósitos a Prazo	1.219.090	1.183.613
Carteira Própria	659.297	1.475.687	Outros Depósitos	-	6.434
Vinculados a Compromissos de Recompra	436.244	168.084	Captações no Mercado Aberto	434.165	168.059
Vinculados à Prestação de Garantias	-	11.083	Carteira Própria	434.165	168.059
Relações Interfinanceiras	284.760	223.310	Relações Interfinanceiras	1.444	382
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.616	1.399	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.444	382
Créditos Vinculados:	283.144	221.911	Relações Interdependências	482	5.055
Depósitos no Banco Central	283.099	221.904	Recursos em Trânsito de Terceiros	99	5.018
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	45	7	Transferências Internas de Recursos	383	37
Relações Interdependências	235	584	Obrigações por Empréstimo	101.243	69.541
Transferências Internas de Recursos	235	584	Empréstimos no Exterior	101.243	69.541
Operações de Crédito	1.271.185	724.989	Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	92.104	89.730
Operações de Crédito:	1.318.319	818.222	TESOURO NACIONAL	24.380	32.122
Setor Público	341.631	20.034	BNDES	47.013	52.109
Setor Privado	976.688	798.588	CEF	57	56
(Provisão para Operações de Crédito)	(47.154)	(93.633)	FINAME	20.654	5.443
Outros Créditos	348.791	249.288	Outras Obrigações	3.512.427	2.507.308
Carteira de Câmbio	97.332	72.678	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemeelhados	1.179	803
Rendas a Receber	51.924	57.684	Carteira de Câmbio	293	9.118
Diversos	204.531	121.575	Sociais e Estatutárias	85.615	78.834
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(4.996)	(2.649)	Fiscais e Previdenciárias	23.585	48.410
Outros Valores e Bens	2.986	3.020	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.921.201	1.991.201
Outros Valores e Bens	1.338	1.362	Diversas	480.554	378.942
(Provisões para Desvalorizações)	(191)	(213)	Exigível a Longo Prazo	1.538.412	1.438.281
Despesas Antecipadas	1.839	1.871	Depósitos	80.538	89.307
Realizável a Longo Prazo	5.317.282	4.344.122	Depósitos a Prazo	80.538	89.307
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.757.618	2.629.750	Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	376.293	350.232
Carteira Própria	3.745.406	2.628.594	TESOURO NACIONAL	8.586	10.527
Vinculados a Prestação de Garantias	12.212	1.156	BNDES	242.932	203.456
Relações Interfinanceiras	12.569	12.570	CEF	-	55
Créditos Vinculados:	12.569	12.570	FINAME	124.775	136.194
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	12.569	12.570	Outras Obrigações	1.081.581	998.742
Operações de Crédito	898.924	984.352	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	62.884	48.077
Operações de Crédito:	925.342	1.060.744	Diversas	1.018.697	950.665
Setor Público	313.505	325.085	Patrimônio Líquido	1.934.215	1.933.612
Setor Privado	611.837	735.659	Capital	1.219.669	1.219.669
(Provisão para Operações de Crédito)	(26.418)	(76.392)	De Domiciliados no País	1.219.025	1.218.826
Outros Créditos	648.171	717.337	De Domiciliados no Exterior	-	843
Rendas a Receber	-	10.195	Reservas de Capital	2.253	2.253
Diversos	648.202	707.147	De Reavaliação	30.809	34.595
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(31)	(5)	Reservas de Lucros	678.132	674.203
Outros Valores e Bens	-	113	Ajuste ao Valor de Mercado -TVM e Derivativos	3.352	2.892
Despesas Antecipadas	-	113	Permanente	237.012	234.926
Investimentos	267	267	Investimentos	267	267
Outros Investimentos	1.625	1.625	Outros Investimentos	1.625	1.625
(Provisões para Perdas)	(1.358)	(1.358)	Imobilizado de Uso	115.911	114.692
Imobilizado de Uso	115.911	114.692	Imóveis de Uso	40.905	42.208
Imóveis de Uso	40.905	42.208	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.270	53.910
Outras Imobilizações de Uso	129.614	113.393	Outras Imobilizações de Uso	(102.878)	(94.819)
(Depreciações Acumuladas)	1.610	5.103	Diferido	41.073	41.187
Diferido	41.073	41.187	Gastos de Organização e Expansão	(39.463)	(36.084)
Gastos de Organização e Expansão	(39.463)	(36.084)	(Amortização Acumulada)	119.224	114.864
Intangível	153.565	138.107	Outros Ativos Intangíveis	153.565	138.107
Outros Ativos Intangíveis	(34.341)	(23.243)	TOTAL DO ATIVO	9.871.604	8.461.956
(Amortização Acumulada)	-	113	TOTAL DO PASSIVO	9.871.604	8.461.956
TOTAL DO ATIVO	9.871.604	8.461.956			

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e semestre findo em 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre/2011	31.12.2011	31.12.2010
Receitas da Intermediação Financeira	511.150	972.658	820.488
Operações de Crédito	165.217	306.840	282.630
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	321.922	636.647	514.282
Resultado de Operações de Câmbio	23.387	28.547	23.318
Resultado das Aplicações Compulsórias	624	624	59
Despesas da Intermediação Financeira	(331.356)	(594.234)	(501.362)
Operações de Captação no Mercado	(101.325)	(200.845)	(152.412)
Operações de Empréstimos e Repasses	(187.101)	(315.439)	(213.222)
Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	(42.930)	(77.950)	(135.728)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	179.794	378.424	319.127
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(133.092)	(231.069)	(123.665)
Receitas de Prestação de Serviços	187.466	384.007	369.220
Rendas de Tarifas Bancárias	24.662	51.973	78.188
Despesas de Pessoal	(178.906)	(331.013)	(313.487)
Outras Despesas Administrativas	(123.611)	(232.379)	(207.657)
Despesas Tributárias	(28.863)	(59.536)	(59.049)
Outras Receitas Operacionais	166.233	328.593	335.918
Outras Despesas Operacionais	(180.073)	(373.014)	(326.798)
Resultado Operacional	46.702	147.355	195.462
Resultado Não Operacional	2.315	5.892	41.014
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	49.017	153.247	236.476
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.028)	(67.935)	(81.874)
Provisão para Imposto de Renda	19.013	(45.242)	(69.157)
Provisão para Contribuição Social	10.893	(27.926)	(42.224)
Ativo Fiscal Diferido	(6.934)	5.233	29.507
Participações Estatutárias no Lucro	(6.744)	6.744	(12.439)
Lucro Líquido	35.245	78.568	142.163
Juros sobre Capital Próprio	(78.490)	(78.490)	(110.953)
Lucro por Ação - Em Reais	0,01189	0,02650	0,04795

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e semestre findo em 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

	2º sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
1. RECEITAS	845.896	1.665.174	1.509.103
1.1. Intermediação Financeira	511.150	972.658	820.488
1.2. Prestações de Serviços	212.128	435.980	447.408
1.3. Provisão para Devedores Duvidosos	(42.930)	(77.950)	(135.728)
1.4. Outras	168.548	334.486	376.934
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(288.426)	(516.284)	(365.634)
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(285.479)	(568.914)	(496.270)
3.1. Materiais, energia e outros	(19.402)	(34.550)	(29.156)
3.2. Serviços de terceiros	(86.003)	(161.350)	(140.315)
3.3. Outras	(180.074)	(373.014)	(326.799)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	274.991	579.976	647.199
5. DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(14.073)	(28.574)	(32.973)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)	260.918	551.402	614.226
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	260.918	551.402	614.226
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	154.689	277.327	271.288
8.1. Pessoal	118.947	209.578	208.871
8.1.1 Remuneração direta	27.658	52.291	47.712
8.1.2 Benefícios	8.084	15.458	14.705
8.1.3 FGTS	66.851	187.602	195.562
8.2. Impostos, taxas e contribuições	65.132	182.998	190.539</

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e semestre findo em 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			ESPECIAL LEI N. 8.200	OUTRAS		LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDOS EM 30.06.2011	1.219.669	-	-	2.253	31.721	73.522	635.870	1.866	-	1.964.901
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	1.486	-	1.486
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	-	1.486	-	1.486
2. REVERSÕES DE RESERVAS	-	-	-	-	-	-	(33.023)	-	33.023	11.985
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	-	(912)	-	-	-	11.985	11.073
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(1.629)	-	-	-	1.629	-
Realização da Reserva	-	-	-	-	(2.462)	-	-	-	2.462	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	-	833	-	-	-	(833)	-
- Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	717	-	-	-	(652)	65
Realização da Reserva	-	-	-	-	(3.028)	-	-	-	3.028	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	-	3.680	-	-	-	(3.680)	-
Baixa por Transferência para o Ativo	-	-	-	-	65	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	11.008	11.008
Reversão de Dividendos do primeiro semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	11.008	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	-	35.245	35.245
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	1.763	-	-	(80.253)	(78.490)
- Reservas	-	-	-	-	-	1.763	-	-	(1.763)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.490)	(78.490)
SALDO EM 31.12.2011	1.219.669	-	-	2.253	30.809	75.285	602.847	3.352	-	1.934.215
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(14.435)	-	(912)	1.763	(33.023)	1.486	-	(30.686)
SALDOS EM 31.12.2009	1.205.234	-	14.435	2.253	35.843	64.248	577.661	(2.356)	-	1.897.318
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	5.248	-	5.248
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	-	5.248	-	5.248
2. AUMENTO DE CAPITAL	14.435	-	(14.435)	-	-	-	-	-	-	-
- Incorporação de Reservas	14.435	-	(14.435)	-	-	-	-	-	-	-
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	-	(1.248)	-	-	-	1.084	(164)
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(1.970)	-	-	-	1.806	-
Realização da Reserva	-	-	-	-	(1.737)	-	-	-	1.737	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	-	(69)	-	-	-	69	-
Baixa da Reserva por Transferência para o Ativo	-	-	-	-	(164)	-	-	-	-	-
- Imposto e Contrib. s/ Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	722	-	-	-	(722)	65
Realização da Reserva	-	-	-	-	695	-	-	-	(695)	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	-	27	-	-	-	(27)	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	25.186	-	142.163	142.163
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	7.108	25.186	-	(143.247)	(110.953)
- Reservas	-	-	-	-	-	7.108	25.186	-	(32.294)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(110.953)	(110.953)
SALDO EM 31.12.2010	1.205.234	-	-	2.253	34.595	71.356	602.847	2.892	-	1.933.612
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(14.435)	-	(1.248)	7.108	25.186	5.248	-	36.294
SALDOS EM 31.12.2010	1.205.234	-	14.435	2.253	34.595	71.356	602.847	2.892	-	1.933.612
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	460	-	460
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	-	460	-	460
2. AUMENTO DE CAPITAL	14.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Homologação do Aumento de Capital	14.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	-	(3.786)	-	-	-	3.851	65
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(6.418)	-	-	-	6.418	-
Realização da Reserva	-	-	-	-	(11.242)	-	-	-	11.242	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	-	4.824	-	-	-	(4.824)	-
- Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	2.632	-	-	-	(2.567)	65
Realização da Reserva	-	-	-	-	483	-	-	-	(483)	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	-	2.084	-	-	-	(2.084)	-
Baixa da Reserva por Transferência para o Ativo	-	-	-	-	65	-	-	-	-	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	3.929	-	78.568	78.568
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	3.929	3.929	-	(82.419)	(78.490)
- Reservas	-	-	-	-	-	3.929	3.929	-	(3.929)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.490)	(78.490)
SALDO EM 31.12.2011	1.219.669	-	-	2.253	30.809	75.285	602.847	3.352	-	1.934.215
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	14.435	-	(3.786)	3.929	-	460	-	603

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

ÍNDICE						
Nota 1 - Contexto Operacional	1)					
Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	2)					
Nota 3 - Principais Práticas Contábeis	3)					
Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	4)					
Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5)					
Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários	6)					
Nota 7 - Carteira de Crédito	7)					
Nota 8 - Outros Créditos – Diversos	8)					
Nota 9 - Permanente	9)					
Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto	10)					
Nota 11 - Obrigações por Empréstimos	11)					
Nota 12 - Obrigações por Repasses	12)					
Nota 13 - Outras Obrigações	13)					
Nota 14 - Patrimônio Líquido	14)					
Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social	15)					
Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado	16)					
Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)	17)					
Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	18)					
Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	19)					
Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	20)					
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)	21)					
Nota 22 - Fundos de Investimento Financeiro	22)					
Nota 23 - Partes Relacionadas	23)					
Nota 24 - Benefícios a Empregados	24)					
Nota 25 - Remuneração Paga aos Empregados e Administradores	25)					
Nota 26 - Processo de Gerenciamento de Riscos	26)					
Nota 27 - Análise de Sensibilidade	27)					
Nota 28 - Informações Complementares	28)					
Nota 29 - Outras Informações	29)					
1. Contexto Operacional						
Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, o Banco da Amazônia S.A. (Banco), tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal.						
É um dos órgãos do Governo Federal que promove e executa suas políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, daí operar e administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota n° 19), sendo, também, responsável pela administração do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota n° 17) e agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota n° 18).						
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras						
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela Lei n° 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).						
Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado <i>International Financial Reporting Standard</i> (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória.						
3. Principais Práticas Contábeis						
a) As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.						
b) O resultado é apurado de acordo com o regime contábil da competência mensal.						
c) Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.						
d) Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados <i>pro rata die</i> , de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".						
e) As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.						
f) Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares n°s 3.068/2001 e 3.082/2002, do BACEN, e estão distribuídos em três categorias: <u>Títulos para Negociação:</u> são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. <u>Títulos Disponíveis para Venda:</u> são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. <u>Títulos mantidos até o vencimento:</u> são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são utilizados parâmetros como: cotações pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), critérios que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, bem como o preço calculado pelo fator de risco e liquidez da marcação a mercado. Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados e apropriados <i>pro rata die</i> pelo método exponencial, de acordo com as cláusulas de remuneração. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor de venda e o valor atualizado dos títulos é levada ao resultado, como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários, conforme o caso.						
g) As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução n° 2.682/1999, do CMN, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e verificáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.						
h) No Permanente, os Investimentos e Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição; os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação. O Diferido é composto por gastos com a aquisição e desenvolvimento de sistemas e métodos e adaptação de dependências, avaliado ao custo incorrido. No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco (nota n° 9.d). A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados, gastos diferidos e intangíveis. A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução n° 3.565/2008.						
i) É reconhecida uma perda por <i>impairment</i> se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por <i>impairment</i> , quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por <i>impairment</i> .						
j) Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13° salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.						
k) A obrigação do Banco relacionada aos benefícios pós-emprego, compreendendo complementação de aposentadoria e auxílio saúde é atualizado trimestralmente de acordo com a avaliação atuarial realizada por empresa especializada, em conformidade com a Deliberação n° 600/2009 da CVM (nota n° 24).						
Imposto de Renda	15%					
Adicional de Imposto de Renda	10%					
Contribuição Social sobre o Lucro	15%					
PIS/PASEP	0,65%					
COFINS	4%					
O Banco registra e controla o crédito tributário sobre provisões indedutíveis temporariamente, sendo sua baixa realizada de acordo com a legislação fiscal vigente (nota n° 15.b).						
m) Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e estabelecidas premissas que impactam os valores nelas reportados, especialmente quanto às provisões e marcações a mercado. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.						
n) Para a substituição de provisão de passivos contingentes e, em atendimento ao CPC n° 25 e aprovação pelo CMN através da Resolução n° 3.823/2009, são adotados métodos estatísticos históricos dos últimos cinco anos.						
4. Caixa e Equivalentes de Caixa						
Disponibilidades						
Disponibilidade em moeda nacional	41.070					
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.139					
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	763.001					
Aplicações no mercado aberto	763.001					
TOTAL	804.071					
(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias.						
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez						
Aplicações no mercado aberto						
Posição Bancada						
Letras Financeiras do Tesouro	163.000					
Letras do Tesouro Nacional	600.001					
Notas do Tesouro Nacional	60.000					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	509.761					
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	550.210					
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(40.449)					
TOTAL (no curto prazo)	1.272.762					
As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no exercício R\$134.848 (R\$88.376 em 2010).						
6. Títulos e Valores Mobiliários						
Carteira própria - livres						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro	3.003.375					
Letras do Tesouro Nacional	47.630					
Notas do Tesouro Nacional	421.174					
Certificados Financeiros do Tesouro	329.720					
Títulos da Dívida Agrária	341					
Títulos Privados	602.463					
Debêntures	265.630					
Cotas de Fundos de Investimento	184.574					
Outros	152.259					
Vinculados a operações compromissadas	436.244					
Títulos Públicos	436.244					
Letras Financeiras do Tesouro	436.244					
Vinculados a prestação de garantias	12.212					
Títulos Públicos	12.212					
Letras Financeiras do Tesouro	12.212					
TOTAL	4.853.159					
Saldo de curto prazo	1.095.541					
Saldo de longo prazo	3.757.618					
Classificação dos títulos e valores mobiliários						
a. Quanto ao vencimento						
	2011					
Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
1-Títulos para negociação(*)	-	-	247.834	-	530.440	778.274
Títulos						

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

b) Quanto aos ajustes

	31.12.2011		31.12.2010		AJUSTES DO EXERCÍCIO	
	CUSTO	MERCADO			31.12.2011	31.12.2010
Para negociação	778.403	778.274	(208)	79	(129)	
Letras Financeiras do Tesouro	778.403	778.274	(208)	79	(129)	
Disponíveis para venda	3.708.476	3.714.062	4.820	766	5.586	
Letras Financeiras do Tesouro	2.674.407	2.673.557	(555)	(295)	(850)	
Letras do Tesouro Nacional	47.251	47.630	(191)	570	379	
Notas do Tesouro Nacional	386.088	390.412	(4.586)	8.910	4.324	
Debêntures	264.082	265.630	1.992	(444)	1.548	
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	(1.146)	1.146	-	
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC	152.117	151.092	9.306	(10.331)	(1.025)	
Cotas de Fundos de Investimentos - FI REF	33.482	33.482	-	-	-	
Outros Títulos Privados	151.049	152.259	-	1.210	1.210	
Mantidos até o vencimento⁽¹⁾	360.823	360.823	-	-	-	
Notas do Tesouro Nacional ⁽²⁾	30.762	30.762	-	-	-	
Certificados Financeiros do Tesouro ⁽³⁾	329.720	329.720	-	-	-	
Outros títulos públicos - TDA ⁽⁴⁾	341	341	-	-	-	

(1) Para fins contábeis, esses títulos estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$39.610 em 31 de dezembro de 2011;
(2) Pela característica de emissão, esses títulos são negociáveis e destinados ao pagamento das alienações das participações societárias;
(3) Recebidos pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
(4) Títulos recebidos como resultado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, não possuindo cotações junto ao mercado secundário.

No exercício de 2011, foi efetuada a reclassificação dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) da categoria de "Disponível para Venda" para "Mantidos até o Vencimento".
O montante reclassificado correspondeu a R\$329.720 (R\$328.515 em 2010), sendo que desse total, R\$316.453 (R\$316.664 em 2010) estavam vinculados ao pagamento do déficit da CAPAF e, portanto, não marcados a mercado, dado o objetivo de repasse àquele Caixa pelo valor de face. Caso essas CFT's estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$38.637 (R\$42.023 em 2010).

As CFT's apresentam as seguintes características:

- Data da emissão: - 01 de julho de 2000;
- Modalidade: nominativa e negociável;
- Forma de atualização monetária - IGP-M;
- Juros remuneratórios - 6% a.a.;
- Amortização - mensal de principal (conforme tabela price) e juros;
- Data de vencimento - 01 de março de 2022.

As receitas com TVM totalizaram no exercício R\$502.051 (R\$413.772 em 2010).

7. Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	2011			2010		
	Normal	Vencidas	Total	Normal	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.040.862	56.085	1.096.947	743.070	160.291	903.361
Títulos descontados	10.724	15.315	26.039	37.197	269.646	306.843
Financiamentos	800.447	6.919	807.366	542.540	5.492	548.032
Financiamentos rurais	277.661	42.806	320.467	347.969	50.392	398.361
Subtotal	2.136.472	107.189	2.243.661	1.663.999	217.667	1.881.666
Outros créditos	7.223	47	7.270	2.232	75	2.307
Diversos	7.223	47	7.270	2.232	75	2.307
Subtotal	2.143.695	107.236	2.250.931	1.666.231	217.742	1.883.973
Adiantamento sobre contrato de câmbio	80.950	5.569	86.519	65.243	3.378	68.621
TOTAL DA CARTEIRA (Provisões)	2.224.645	112.805	2.337.450	1.729.174	221.120	1.950.294
(Operações de crédito)	(18.236)	(55.336)	(73.572)	(15.975)	(154.050)	(170.025)
(Outros créditos)	(40)	(7)	(47)	(16)	(2)	(18)
(Câmbio)	(2.648)	(2.332)	(4.980)	(893)	(1.743)	(2.636)
TOTAL DAS PROVISÕES	(20.924)	(57.675)	(78.599)	(16.884)	(155.795)	(172.679)
TOTAL LÍQUIDO	2.203.721	55.130	2.258.851	1.712.290	65.325	1.777.615

Estes líquidos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	2011		2010	
	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180
AA	10.724	15.315	8.829	37.197
A	417.760	510.956	50.334	100.393
B	119.002	44.798	210.452	12.663
C	5.252	446	2.643	3.050
D	2.453	11.738	1.408	9.720
E	851	80	159	367
F	234	7	10	998
G	1.132	33	-	295
H	1.125	307	117	904
TOTAL 2011	558.533	583.680	273.952	143.477
TOTAL 2010	629.064	208.035	54.924	164.823

Operações vencidas

	2011		2010	
	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180
B	13.212	1.042	5	-
C	1.080	7.724	1.475	308
D	4.205	1.609	4.632	976
E	1.248	1.764	2.822	10.129
F	188	523	990	7.748
G	42	1.317	193	5.348
H	660	1.884	2.205	4.151
TOTAL 2011	20.635	15.863	12.322	28.660
TOTAL 2010	19.875	18.420	15.466	48.732

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos, nos nove níveis de risco e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas:

	Níveis								
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Setor privado									
Rural	114.558	134.124	16.398	5.114	9.849	15.222	5.806	2.803	16.793
Indústria	222.301	165.205	187.531	10.710	20.118	522	4.494	1.970	613.473
Comércio	10.880	190.387	61.962	5.844	5.495	2.905	2.756	1.019	10.792
Serviços	2.990	129.341	151.280	509	902	1.047	1.290	403	292.000
Pessoas físicas	7.566	125.528	9.915	4.101	2.893	2.090	1.480	1.526	161.321
Intermediários Financ.	-	7	-	-	-	-	-	-	7
Setor público									
	-	655.136	-	-	-	-	-	-	655.136
TOTAL DA CARTEIRA	358.295	1.399.728	427.086	26.278	39.257	21.786	11.734	10.245	43.041
Provisão requerida	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0
Provisão constituída	-	(6.999)	(4.271)	(788)	(3.926)	(6.536)	(5.867)	(7.171)	(43.041)
2010									
TOTAL DA CARTEIRA	324.312	850.063	527.100	39.531	30.550	14.707	15.525	5.882	142.624
Provisão requerida e constituída	-	(4.251)	(5.271)	(1.186)	(3.055)	(4.412)	(7.763)	(4.117)	(42.624)

Quanto aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	2011		2010	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
Setor Público				
Administração Direta	137.142	135.025	-	-
Administração Indireta	201.785	-	-	-
Atividades Empresariais	316.209	210.094	-	-
Setor Privado	1.682.314	1.605.175		
Rural	320.467	400.801	-	-
Indústria	613.473	460.852	-	-
Comércio	292.040	305.120	-	-
Pessoas Físicas	161.321	159.441	-	-
Outros Serviços	295.006	278.961	-	-
Intermediários Financeiros	7	-	-	-
TOTAL DA CARTEIRA	2.337.450	1.950.294		

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	2011		2010	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
Saldos no início do período	(172.679)	(8,7)	(177.550)	(9,1)
Provisões constituídas	(78.350)	(3,3)	(138.054)	(7,1)
Valores baixados para prejuízo	172.030	(7,3)	140.599	(7,2)
Reversões	400	(0,02)	2.326	(0,12)
Saldos no fim do período	(78.599)	(3,3)	(172.679)	(8,8)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controladas em conta de compensação, corresponde a R\$714.433 (R\$558.883 em 2010).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$20.249 (R\$45.740 em 2010).

Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito:

	2011		2010	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
Empréstimos	174.280	7,4	159.686	8,1
Títulos descontados	7.123	0,3	10.740	0,5
Financiamentos	70.540	3,0	32.303	1,6
Financiamentos rurais	30.540	1,3	34.361	1,7
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	20.249	0,9	45.740	2,3
TOTAL	306.840	13,0	282.830	14,4

Concentração dos principais devedores:

	2011		2010	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
10 maiores devedores	1.278.828	54,7	829.122	42,5
50 maiores devedores seguintes	429.642	18,4	364.061	18,6
100 maiores devedores seguintes	126.896	5,4	137.323	7,0
Demais devedores seguintes	502.084	21,5	619.788	31,7
TOTAL	2.337.450	100,0	1.950.294	100,0

8. Outros Créditos - Diversos

Os Outros Créditos estão substancialmente formados pelos valores demonstrados abaixo, exceto pelas Operações de Câmbio, que possuem características de crédito e estão apresentadas na carteira de crédito (Nota nº 7):

	2011		2010	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
Crédito tributário (nota nº 15.b)	581.196	24,9	575.963	29,5
Títulos e créditos a receber	188.802	8,1	200.364	10,3
CAPAF ⁽¹⁾	143.142	6,1	135.535	6,9
Tecnologia	43.089	1,8	62.824	3,2
Outros	7.270	0,3	2.307	0,1
Devedores por compra de valores e bens	36.763	1,6	25.481	1,3
Devedores por depósitos em garantia	14.489	0,6	12.280	0,6
Devedores para apuração de responsabilidades	214	0,01	26	0,001
Impostos e contribuições a compensar	16.996	0,7	6.283	0,3
Pagamentos a ressarcir	7.003	0,3	6.018	0,3
Diversos	852.733	36,5	828.722	42,5
TOTAL	204.531	8,7	121.575	6,2

Saldo de curto prazo

Saldo de longo prazo

(1) De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "outros créditos diversos" o montante de R\$143.142 decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Contribuição Definido e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido.

9. Permanente

	2011		2010	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
a) Investimentos				
Incentivos fiscais	98	0,004	98	0,005
Títulos patrimoniais	126	0,005	126	0,006
Outros	43	0,002	43	0,002
TOTAL	267	0,011	267	0,013

	2011		2010	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
b) Imobilizado de uso				
Móveis e equipamentos em estoque	1.041	0,044	1.164	0,059
Imobilizações em curso	24.985	1,06		

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

b) Os outros saldos estão substancialmente apresentados abaixo:

	2011	2010
Provisão para passivos contingentes	1.347.655	1.211.989
Ações trabalhistas (nota n° 28. c)	28.534	28.215
Ações civis (nota n° 28. c)	25.777	23.542
Contribuição previdenciária - CAPAF (nota n° 24)	404.984	373.084
Apostentados responsabilidade do Banco (nota n° 24)	62.172	61.832
Auxílio-saúde a aposentados (nota n° 24)	97.947	87.499
Provisão - FNO (nota n° 19)	604.319	526.651
Provisão para fundos de investimentos (nota n° 28. c)	18.173	19.398
Cessão de crédito - lei n° 9.138/1995 ⁽¹⁾	57.055	47.674
Outros provisões operacionais	14.792	12.280
Outros	33.902	31.814
Obrigações por aquisição de bens e direitos ⁽²⁾	40.743	27.811
Provisão para pagamentos a efetuar	59.868	57.074
Obrigações por convênios oficiais⁽³⁾	15.819	392
Demais	35.166	32.341
TOTAL	1.499.251	1.329.607

Saldo de curto prazo 480.554 **378.942**
Saldo de longo prazo 1.018.697 **950.665**

(1) Corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do rubricamento de compensação, totalizando, no período, R\$85.140;

(2) Corresponde a contratos celebrados com diversos prestadores de serviços que se encontram em andamento e os mesmos fazem parte do programa de investimento que o Banco está realizando/implementando para a modernização dos seus sistemas operacionais. A contrapartida desse valor está registrada contabilmente no grupo do "Ativo Intangível", na conta de software desenvolvido e em desenvolvimento;

(3) Corresponde ao registro, em nome dos respectivos beneficiários, dos créditos de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões e similares, objeto do convênio de prestação de serviços entre o Banco e a Previdência Social, conforme determina a carta-circular n° 3.242/2006, do BACEN.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.219.669 é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo a participação da União de 96,9% das ações.

	2011	2010
De domiciliados no país	2.963.031.481	2.962.523.045
De domiciliados no exterior	1.565.281	2.073.717
TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762

b) Destinação do lucro líquido

De acordo com o art. 59, inciso II, do Estatuto Social do Banco, a remuneração mínima devida aos acionistas deve corresponder a vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado em cada exercício social. Em 29 de dezembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária, o pagamento, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), a totalidade do lucro do exercício, ajustado na forma da legislação vigente, a ser apurado em 31 de dezembro de 2011.

Do resultado apurado no exercício, foi destacada a Reserva Legal e ao saldo remanescente foi acrescentada a realização da reserva de reavaliação. O valor resultante, no montante de R\$78.490, foi atribuído aos acionistas, na forma de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, com pagamento em 13.02.2012.

A destinação do lucro está demonstrada a seguir:

Lucro líquido do exercício	78.568
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	(3.929)
Saldo após a Reserva Legal	74.639
Realização da Reserva de Reavaliação	3.851
Base de cálculo do JCP	78.490
JCP	(78.490)

Em 2010, a remuneração dos acionistas foi no montante de R\$110.953, na forma de juros sobre capital próprio.

c) Índice da Basileia (limite operacional)

Em atendimento às Resoluções CMN n°s 3.444/2007 e 3.490/2007, o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), para cálculo do Índice da Basileia, foram apurados conforme segue:

	2011	2010
PR Nível I	1.731.375	1.761.379
Capital Social	1.219.669	1.219.669
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva Legal	75.285	71.356
Reservas Estatutárias	602.847	602.847
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos	3.352	2.892
Ativos Diferidos	(20.736)	(23.206)
Ajustes da marcação a mercado	(151.295)	(114.432)
PR Nível II	182.104	149.027
Reservas de Reavaliação	30.809	34.595
Ajustes da marcação a mercado	151.295	114.432
Patrimônio de Referência - PR	1.913.479	1.910.406
Parcela de risco de crédito (Pepr)	1.081.168	796.256
Parcela de risco de mercado (Pcam/Pjur)	280	266
Parcela de risco operacional (Popr)	145.357	131.795
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.226.805	928.317
Parcela de risco de mercado (Rban)	2.744	4.203
Excesso/Insuficiência de PR (PR - PRE - Rban)	683.929	977.886
Índice da Basileia: (PRx100)/(PRE/0,11)	17,1%	22,6%

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

Neste exercício, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos e a demonstração das alíquotas efetivas para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social no período estão assim resumidas:

	2011		2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação e participações	153.246	153.246	236.476	236.476
Participações Estatutárias	(6.744)	(6.744)	(12.439)	(12.439)
Juros sobre Capital Próprio	(78.490)	(78.490)	(110.953)	(110.953)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	68.012	68.012	113.084	113.084
Adições líquidas de caráter permanente	21.131	21.131	22.780	22.780
Adições líquidas de caráter temporário	103.367	103.367	147.278	147.278
Lucro tributável antes das compensações	192.510	192.510	283.142	283.142
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	28.876	28.876	42.471	42.471
Adicional de Imposto de Renda (10%)	19.227	-	28.290	-
Incentivos	(1.277)	-	(1.192)	-
Valores devidos	46.826	28.876	69.569	42.471
Realização Reserva de Reavaliação e outros	(1.544)	(950)	(412)	(247)
Valores registrados em resultado antes da ativação	45.242	27.926	69.157	42.224
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	(3.271)	(1.962)	(18.442)	(11.065)
Valores efetivamente registrados no resultado	41.971	25.964	50.715	31.159
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	61,7	38,2	44,8	27,5

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos s/ diferenças temporárias	581.196	575.963

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei n° 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n°s 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN n° 3.171/2002 e Deliberação CVM n° 273/1998.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a Ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	Saldo em 2010	Constituição	Realização	Saldo em 2011
Imposto de Renda				
Provisão para Risco de Crédito	857.422	293.223	(256.069)	894.576
Auxílio pós-emprego	414.654	17.451	(45.110)	386.995
Outras Provisões	170.470	41.793	(38.206)	174.057
Base de Cálculo	1.442.546	352.467	(339.385)	1.455.628
Imposto de Renda Diferido (25%)	360.636	88.117	(84.846)	363.907
Contribuição Social				
Provisão para Risco de Crédito	857.422	293.223	(256.069)	894.576
Auxílio pós-emprego	414.654	17.451	(45.110)	386.995
Outras Provisões	163.438	41.793	(38.206)	167.025
Base de Cálculo	1.435.514	352.467	(339.385)	1.448.596
Contribuição Social Diferida (15%)	215.327	52.870	(50.908)	217.289
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	575.963	140.987	(135.754)	581.196
Participação dos créditos tributários no Patrimônio de Referência	30,2%	-	-	30,4%
Participação dos créditos tributários no Ativo Total	6,8%	-	-	5,9%

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelece a CVM e o CMN.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2011, apresenta-se da seguinte forma:

	De 2017 a						
	2012	2013	2014	2015	2016	2021	TOTAL
CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA							
Crédito Tributário de Imposto de Renda	46.246	53.304	51.648	33.471	29.209	150.029	363.907
Crédito Tributário de Contribuição Social	27.747	31.982	30.989	20.082	17.526	88.963	217.289
TOTAL DOS CRÉDITOS	73.993	85.286	82.637	53.553	46.735	238.992	581.196
Taxa média de captação ao ano (%)	9,02	9,78	9,38	9,14	9,07	-	-
VALOR PRESENTE DESTES ATIVOS	67.871	71.261	63.126	37.483	29.991	96.276	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

d) Créditos tributários não ativados

O Banco possui créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$83.551 (R\$45.041 em 2010). Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco não apresentava estoque de prejuízo líquido de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	2011	2010
Receitas administração de fundos e programas	367.747	349.529
FNO	348.481	285.349
FINAM	7.346	55.819
FDA	7.672	4.280
Demais rendas	4.248	4.081
Rendas de tarifas bancárias	51.973	78.188
Pessoa física	19.841	22.784
Pessoa jurídica	32.132	55.404
Rendas de outros serviços	16.260	19.691
Tarifas de operações de crédito	1.929	1.635
Demais rendas	14.331	18.056
TOTAL	435.980	447.408

b) Despesas de pessoal

	2011	2010
Honorários	3.736	3.315
Benefícios	42.214	38.329
Encargos sociais	85.989	78.727
Proventos	191.281	185.292
Treinamento	3.275	3.609
Remuneração de estagiários	4.518	4.215
TOTAL	331.013	313.487

c) Outras despesas administrativas

	2011	2010
Água, energia e gás	8.298	7.805
Aluguéis	7.905	5.213
Processamento de dados	48.754	33.840
Despesas de comunicações	30.325	29.991
Manutenção e conservação de bens	10.961	10.689
Despesas de material	2.078	3.729
Serviços de terceiros	11.702	9.594
Vigilância e segurança	13.607	11.554
Despesas de serviços do sistema financeiro	17.485	17.288
Despesas de promoções e relações públicas	7.853	7.993
Despesas de propaganda e publicidade	11.758	9.407
Despesas de publicações Oficiais	2.090	1.887
Despesas de serviços técnicos especializados	6.233	7.979
Despesa de transporte	12.531	6.876
Despesas de viagens	7.798	6.152
Despesas de depreciação	13.895	14.561
Despesas de amortização	14.679	18.412
Demais despesas administrativas	4.427	4.687
TOTAL	232.379	207.657

d) Despesas tributárias

	2011	2010
ISS	3.445	3.996
COFINS	46.574	45.852
PIS/PASEP	7.568	7.451
Demais tributos	1.649	1.750
TOTAL	59.236	59.049

e) Outras receitas e despesas operacionais

	2011	2010
Outras receitas operacionais	268.999	238.473
Del credere - FNO	59.594	97.445
Demais rendas operacionais	22.773	32.966
Recuperações de operações do FNO	10.582	7.794
Receita de variação de taxas do FMM	5.286	8.260
Receita de variação de taxa de câmbio	5.169	25.316
Imposto de Renda	-	8.755
Rendas sobre depósito compulsório	5.669	4.317
Demais receitas	10.115	10.037
TOTAL	328.593	335.918

	2011	2010
Outras despesas operacionais	222.847	213.209
Despesas de provisão - FNO	59.932	58.530
Atualização de benefícios pós-emprego	5.754	2.938
Apuração de responsabilidade	4.413	3.937
Despesas de fundos de investimento	11.862	15.276
Despesas de variação de taxa de câmbio	9.316	8.291
Passivos judiciais e legais	1.815	-
Passivos trabalhistas	9.381	5.247
Cessão de crédito - lei n° 9.138/1995	11.526	-
Despesas pós-emprego - assistidos	16.341	-
Despesas pós-emprego - auxílio saúde	-	5.225
Projeto excelência tecnológica	11.954	-
Despesa com agravamento de operações	7.873	14.145
Demais despesas operacionais	373.014	326.798

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Em parceria com o Banco do Brasil, a partir de 2009, o Banco passou a operar recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca. Esse recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a., capitalizados trimestralmente. Os recursos são atualizados monetariamente na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no exercício é de R\$66.819 (R\$48.077 em 2010).

22. Fundos de Investimento Financeiro

O Banco opera os Fundos de Investimento: Cotas de Fundos de Investimento Amazônia Renda Fixa Longo Prazo e Cotas de Fundos de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo; que são administrados e geridos pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desses Fundos, ainda permanecem os fundos de investimentos financeiros, antes custodiados pelo extinto Banco Santos: Fundos de Investimento Financeiro (FIF's), sendo a responsabilidade da gestão e custódia dos ativos indisponíveis do Banco da Amazônia, e os Fundos de Aplicação em Cotas (FAC's), administrados e geridos pela BNY Mellon Serviços Financeiros, e custodiados pelo Bradesco.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi afetado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	2011	2010
FIC Amazônia Renda Fixa Longo Prazo	1.199	1.860
FIF Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	24.948	22.915
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	91	163
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	40	34
Fundo Amazônia Mix "2"	34	92
Fundo Amazônia Credit 90	6	514

Neste exercício, foi transferido para o Banco o montante de R\$2.718 (R\$997 em 2010) correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos, referente às cotas adquiridas pelo Banco dos cotistas que já receberam por via judicial.

23. Partes relacionadas

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota n° 24 (Benefícios a Empregados).

Os títulos e créditos a receber, depósitos a prazo e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no exercício está demonstrado a seguir:

	2011	2010
Receitas de taxa de administração	367.747	349.529
Despesa de provisão FNO (risco compartilhado)	(236.150)	(213.209)
Despesas de contribuição patronal - CAPAF	(10.100)	(9.382)
Atualização de ajuste pós-emprego - CAPAF	(87.799)	(58.530)

24. Benefícios a empregados

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF), que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares.

A CAPAF se mantém desequilibrada das regras definidas pela legislação vigente - Lei Complementar n° 109/2001, muito embora todas as medidas venham sendo adotadas, desde 2001, para reestruturação dos planos da CAPAF, aprovada pela Diretoria do Banco e Conselho Deliberativo daquela Caixa.

De acordo com os parâmetros definidos pela Deliberação CVM n° 600/2009, a consultoria atuarial contratada pelo Banco para efetuar os cálculos de responsabilidade do patrocinador junto à CAPAF, apresentou em seu relatório, base 31 de dezembro de 2011, um déficit no plano de benefício definido (BD), no montante de R\$404.984 (R\$373.084 em 2010), correspondente à parcela de responsabilidade do Banco nesse déficit (50,0%), conforme define a legislação vigente. O ajuste dessa obrigação no exercício importou em R\$59.932 (R\$28.290 em 2010).

O plano misto passou a apresentar déficit atuarial. A partir do último trimestre de 2010, não contabilizado pelo Banco. Em 31.12.2011 o déficit era de R\$56.851 (R\$58.007 em 2010).

Para cumprimento dos cálculos exigidos pela Deliberação CVM n° 600/2009, a consultoria atuarial contratada pelo Banco adotou como política contábil para reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, como receita ou despesa, o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que excederem, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

I – 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e

II – 10% do valor justo dos ativos do plano.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, em cada período, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

As características dos Planos são as seguintes:

a.1) Plano de Benefício Definido (PBD)

O Plano de Benefício Definido, aprovado em 14 de agosto de 1981, está estruturado na modalidade "Benefício Definido", de acordo com a Resolução CGPC n° 16, de 22 de novembro de 2005, e encontra-se em extinção desde 19 de dezembro de 2000. Os benefícios assegurados por este Plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão por morte;
- Pecúlio por morte;
- Suplementação de auxílio reclusão; e
- Suplementação de abono anual.

a.2) Plano Misto de Benefício (PMB)

O Plano Misto de Benefício, aprovado em 19 de dezembro de 2000, está estruturado na modalidade "Contribuição Variável", de acordo com a Resolução CGPC n° 16, de 22 de novembro de 2005. Os benefícios assegurados por este Plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação antecipada de aposentadoria por tempo de serviço, contribuição ou benefício diferido;
- Suplementação de abono anual;
- Suplementação de pensão por morte;
- Pecúlio por morte;
- Benefício diferido por desligamento; e
- Benefício proporcional diferido.

a.3) Custeio dos Planos

Plano de Benefício Definido (PBD):

- Contribuição dos Ativos e Autopatrocinados sobre o salário de participação;
- Contribuição dos Assistidos sobre o somatório do Benefício Suplementar com o concedido pelo RGPS, exceto os pensionistas não optantes do PCS/94;
- Contribuição das Patrocinadoras sobre o total dos salários de participação;
- Jóia dos Participantes Ativos; e
- Outras fontes de custeio definidas no Regulamento.

Plano Misto de Benefício (PMB):

- Contribuição de Ativos e Autopatrocinados sobre o salário de participação;
- Contribuição dos Assistidos que migraram do Plano BD;
- Contribuição das Patrocinadoras sobre o salário de participação;
- Jóia de Participantes Ativos; e
- Outras fontes de custeio definidas no regulamento.

a.4) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa real anual de desconto atuarial	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Taxa real anual de aumentos salariais	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	-	-	-	-
Aumento do auxílio-saúde no exercício seguinte	-	-	-	-	-	-	6,7%	6,7%
Taxa real de aumentos dos benefícios do plano	0,5%	0,5%	0,0%	0,0%	0,5%	0,5%	-	-
Taxa real de aumentos dos limites e benefícios do INSS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-	-	-
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Taxa real anual de retorno esperado dos ativos do plano	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real anual de aumento dos custos de saúde	-	-	-	-	-	-	2,2%	2,2%

II – Demográficas

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	N/A	N/A	Nula	Nula
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-83M	AT-83M	AT 1983	AT 1983	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua mortalidade/sobrevivência aposentados	AT-83M	AT-83M	AT 1983	AT 1983	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27
Taxa de morbidez	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

a.5) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente obrigação atuarial no início do exercício	(601.876)	(553.305)	(147.038)	(143.628)
Custo do serviço corrente	(8.062)	(8.917)	(136)	(57)
Custo de juros	(64.862)	(59.531)	(16.324)	(15.719)
(Perdas) / Ganhos atuariais	5.041	3.143	(9.801)	6.979
Benefícios pagos pelo plano	52.210	16.734	20.700	5.387
Valor presente obrigação no final do exercício	(617.549)	(601.876)	(152.599)	(147.038)
Valor justo dos Ativos Plano no início exercício	(181.977)	(157.048)	89.031	115.350
Retorno esperado dos ativos	(19.444)	(59)	12.337	12.052
Ganhos / (Perdas) Atuariais	7.943	(13.932)	14.672	(33.205)
Contribuições (empregador/participantes)	24.479	5.796	408	221
Benefícios Pagos pelo Plano	(52.210)	(16.734)	(20.700)	(5.387)
Valor justo dos Ativos Plano no final exercício	(221.209)	(181.977)	95.748	89.031
Total valor presente obrigação final do exercício	(838.758)	(783.853)	(152.599)	(147.038)
Com cobertura	-	-	(95.748)	(89.031)
Sem cobertura	(838.758)	(783.853)	(56.851)	(58.007)
Valor presente obrigação atuarial sem cobertura	(838.758)	(783.853)	(56.851)	(58.007)
Montante não reconhecido como (ativo)/passivo	-	-	28.425	29.003
Montante não reconhecido como ativo (passivo) – 39,8% do excesso (Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	419.379	391.927	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	14.395	18.842	(20.011)	(18.300)
Passivo atuarial líquido reconhecido ao final do exercício	(404.984)	(373.084)	(48.437)	(47.304)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente obrigação atuarial no início do exercício	(74.241)	(68.607)	(118.781)	(125.157)
Custo do serviço corrente	-	-	(2.589)	(1.833)
Custo de juros	(7.593)	(7.388)	(12.715)	(13.046)
(Perdas) / (Ganhos) atuariais	595	(8.094)	14.825	15.334
Benefícios pagos pelo plano	12.238	9.848	5.936	5.921
Valor presente obrigação no final do exercício (sem cobertura)	(69.001)	(74.241)	(113.324)	(118.781)
Valor presente obrigação atuarial sem cobertura	(69.001)	(74.241)	(113.324)	(118.781)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	8.500	9.077
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	6.829	12.409	6.877	22.205
Passivo atuarial líquido reconhecido ao final do exercício	(62.172)	(61.832)	(97.947)	(87.499)

a.6) Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no Balanço

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do exercício	(373.084)	(344.795)	(47.304)	(55.044)
Pagamentos para plano líquido administração	14.284	5.045	204	62
Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida)	(46.184)	(33.334)	(1.337)	7.678
Passivo reconhecido no final do exercício	(404.984)	(373.084)	(48.437)	(47.304)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2011	2010	2011	2010
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do exercício	(61.832)	(58.678)	(87.499)	(76.746)
Pagamentos para plano líquido administração	12.238	9.848	5.936	5.921
Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida)	(12.578)	(13.002)	(16.384)	(16.674)
Passivo reconhecido no final do exercício	(62.172)	(61.832)	(97.947)	(87.499)

a.7) Despesa Total Reconhecida na Demonstração do Resultado

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	(4.031)	(8.917)	(68)	(57)
Contribuições	-	750	-	260
Custo de juros	(32.431)	(59.531)	(8.162)	(15.718)
Retorno esperado dos ativos	(9.722)	(59)	6.168	12.051
Amortização de ganhos/ (perdas) atuariais	-	21.392	725	1.451
Efeito do item 58 (b)/ou da responsabilidade dos Participantes e Assistidos	-	13.030	-	9.691
Total da (despesa) / receita reconhecida	(46.184)	(33.335)	(1.337)	7.678
Administração do Plano	(2.521)	(117)	(31)	(9)
Total da (despesa) / receita no exercício	(48.705)	(33.452)	(1.368)	7.669

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-	(2.590)	(1.833)
Custo de juros	(7.593)	(7.388)	(12.715)	(13.046)
Amortização de ganhos/ (perdas) atuariais	(4.985)	(5.614)	(502)	(1.217)
Amortização de serviços passados	-	-	(578)	(578)
Total da (despesa) / receita reconhecida	(12.578)	(13.002)	(16.385)	(16.674)
Total da (despesa) / receita no exercício	(12.578)	(13.002)	(16.385)	(16.674)

a.8) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
Renda Fixa	11,8%	16,0%	81,5%	87,6%
Renda Variável	-	2,7%	1,5%	1,3%
Empréstimos	80,2%	63,2%	4,0%	2,2%
Imóveis	8,0%	18,1%	13,0%	8,9%
Total em percentual dos ativos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

a.9) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
Em propriedade ocupada ou ativo utilizado	-	-	0,8%	1,0%

a.10) Descrição da Base utilizada para determinar a Taxa Esperada de Retorno dos Ativos

Plano de Benefício Definido (PBD):

A taxa real de juros de 6% a.a. é adotada no Plano de Benefícios Previdenciais, sendo que conforme determina a Resolução MPS/CGPC n° 18/06, a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais é de 6,0% a.a. ou a sua equivalência mensal.

A taxa média real anual de retorno sobre os ativos do plano foi 11,3%, a qual corresponde a taxa de juros máxima para as projeções atuariais de 6,0% a.a. mais a inflação.

Plano Misto de Benefício (PMB):

A taxa esperada de retorno dos ativos do Plano de Benefícios Previdenciais foi apurada em função da meta atuarial, considerando a taxa real de juros e inflação.

Os planos Assistidos pelo Banco e Auxílio Saúde não mantêm ativos, desta forma a taxa de Retorno dos ativos não é aplicável para os mesmos.

a.11) Retorno anual dos Ativos

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2011	2010	2011	2010	2011			

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada:

	2011	2010
Diretoria	33.689,04	34.657,92
Conselho de Administração	2.724,40	2.474,21
Conselho Fiscal	2.617,72	2.759,56

Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

	2011	2010
Diretoria	3.084	2.650
Honorários	2.426	2.425
Ajuda de Custo	199	44
Participação no Lucro	459	181
Conselho de Administração	196	186
Conselho Fiscal	141	140
Comitê de Auditoria	315	339
TOTAL	3.736	3.315

26. Processo de Gerenciamento de Riscos

A Gestão de Riscos, no âmbito do Banco da Amazônia S.A, tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

A gestão de risco está distribuída em:

Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez no Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A Política estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (afertição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizado pela Gerência de Riscos.

No que tange à análise do fluxo de caixa, o Banco da Amazônia manteve, no ano de 2011, uma liquidez bastante confortável, sem registro de eventos de extrapolação do índice de disponibilidade de recursos definido na política institucional de risco de liquidez. Os descasamentos verificados no fluxo de caixa foram decorrentes, principalmente, da alocação conservadora das disponibilidades do FNO nos vértices com previsão de desembolso no prazo de até 60 dias. Destaca-se que o volume de recursos disponíveis do FNO, no final de 2011 em relação ao encerramento de 2010, teve um crescimento em torno de 51%, fechando em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$2.807 milhões (R\$1,849 milhões em 2010). Neste cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que a Instituição não apresenta problema de liquidez, dado o grande volume de recursos disponível. Esta situação é ratificada pela posição doadora de recursos que o Banco mantém através das operações de CDI/CDB, fechando em 31 de dezembro de 2011, em torno de R\$497 mil, assim como o elevado valor (66% da carteira de títulos) alocado em títulos públicos de alta liquidez.

Gestão do Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

A Instituição adotou as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução nº 3.721/2009:

1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A aquisição inclui implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do Sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do Sistema.

A solução está em fase de finalização e de ajustes finais nas especificidades da Instituição, com previsão para sua efetiva utilização, com as diretrizes e necessidades do Banco, em ambiente de produção, até maio de 2012.

2. Contratação de empresa especializada em Modelagem e Validação de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de crédito, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. Os trabalhos já foram iniciados e se encontram em fase de levantamento e análise estatística dos dados. A consultoria entregou pré-diagnóstico correspondente à primeira etapa do projeto. O contrato firmado entre o Banco e a empresa foi prorrogado para 30/06/2012.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornaram ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito e fortalecerão a aderência às políticas institucionais e às exigências do acordo de Basileia II e da Resolução nº 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e validação periódicas.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional e constituindo-se em instrumento de mitigação de risco de crédito. O projeto encontra-se em desenvolvimento, estando em fase de implementação de regras de integração pela consultoria. A previsão para entrada em produção do sistema é junho de 2012.

Gestão de Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e controle deste risco de mercado no Banco da Amazônia é regido pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007.

O modelo interno de Value at Risk (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital proposto pelo Banco Central.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 71,64% do valor de mercado (MM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$1.759 em 31 de dezembro de 2011, o que representa um percentual de 0,04% do valor de mercado do total da carteira.

27. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com o Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Dessa forma, conforme está definido na Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Executiva e chancelada pela Alta Administração, análises de sensibilidade (testes de estresse) são realizadas rotineiramente com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Fatores de Risco	Exposições Financeiras	Dezembro/2011 – R\$ mil		
		Cenários		
	Definição	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	1	7.426	14.606
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	1.769	22.434	43.188
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	11	(2.158)	(4.276)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(22)	-	-
	Total	1.759	27.702	53.518

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário 1: Consiste no cenário provável para os fatores de risco e tem como base as informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc), tais como a curva de taxa de juros futuros. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$1,88 e a taxa de juros de 1 ano foi de 11%a.a.

Cenário 2: Foram realizados choques paralelos de 25% com base no mercado de 31 de dezembro de 2011 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 2,81, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 13,7%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram realizados choques paralelos de 50% com base no mercado de 31 de dezembro de 2011 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 2,81, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 16,5%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2011. Os resultados apresentados nos cenários de stress (Cenários 2 e 3) ratificam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que registra baixa variação no valor a mercado das posições detidas pela instituição, que detém 69,1% ante 72% registrado no final de 2010, do valor a mercado dos ativos da carteira alocados em títulos públicos indexados à SELIC e papéis privados indexados ao CDI, não havendo alteração relevante nas exposições da Instituição.

28. Informações complementares

a) Avals e fianças prestados

Os avals e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	4.767.168	4.308.891
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	85.140	79.420
TOTAL	4.852.308	4.388.311

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$135.492 (R\$122.823 em 31.12.2010), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

c.1) Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos e em atendimento ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa. As situações mais relevantes das quais o Banco é parte de acordo com a natureza jurídica são:

a. Ações trabalhistas – As ações trabalhistas são agrupadas em função do tipo e objeto, às quais são atribuídas perdas médias esperadas e fatores de ponderação de perdas, apuradas em estudo estatístico e baseado nas ações encerradas nos últimos 5 anos.

b. Ações de natureza cível – Em sua maioria representam ações relacionadas à reparação de danos morais e patrimoniais, em função de inscrição em órgãos restritivos, pagamento de cheques falsificados e contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos. As ações foram agrupadas por objeto às quais são atribuídas "perdas médias esperadas" apuradas em estudo estatístico, considerando as ações encerradas nos últimos 5 anos. Para todas as ações cíveis ativas sem condenação ou com decisão favorável a provisão é calculada com base nas perdas médias esperadas. Nas ações com decisão desfavorável a provisão é de 100% do valor da condenação. Provisionam-se, ainda, as condenações do Banco em honorário de sucumbência.

c. Ações de natureza fiscal – São ações decorrentes de autuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados;

d. Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de dezembro de 2011, foram interpostas contra o Banco 838 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$18.173. No exercício, foram cumpridas 66 ações no valor de R\$5.901.

A movimentação da provisão no exercício está abaixo especificada (nota nº 13.b):

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Adição	Utilização	Saldo em 31.12.2011
Trabalhista	28.215	14.565	(14.246)	28.534
Cível/Fiscal	23.542	9.326	(7.091)	25.777
Fdos Invest.	19.398	4.411	(5.636)	18.173

c.2) FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos iniciais indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$19.708, com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2011 (R\$15.908 em 2010). No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

29. Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2011 e em 2010, não existiam contratos de derivativos em aberto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER CA Nº 2012/001

De acordo com o disposto no art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião ordinária realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do Banco e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, referentes ao segundo semestre e ao exercício de 2011, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Sociedade.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2012

PARECER DO CONSELHO FISCAL
PARECER CF Nº 2012/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2011

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Depois de analisar o Parecer da auditoria Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 7 de fevereiro de 2012, e após os exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 31 de dezembro de 2011, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, sobre a CAPAF.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2012.

COMITÊ DE AUDITORIA
Resumo do Relatório Semestral – 2.º semestre de 2011

De acordo com o disposto no inciso XIII do artigo 9.º de seu Regimento Interno, este Comitê de Auditoria apresenta o relatório-resumo referente ao período de 1.º/07/2011 a 31/12/2011.

Os seguintes temas foram avaliados: a) atividades desenvolvidas; b) efetividade do sistema de controles internos; c) efetividade da auditoria independente; d) efetividade da auditoria interna; e) atendimento às demandas de órgãos externos; f) outros temas (Caixa de Previdência dos Funcionários, Projeto de Excelência Tecnológica, Fundo de Investimentos da Amazônia, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e Ouidoria); e g) qualidade das demonstrações contábeis.

As informações constantes deste documento provêm dos relatórios institucionais, de atas de reuniões internas, de demandas de órgãos externos de fiscalização e controle e de normas que regulam as atividades do Banco.

O Comitê de Auditoria do Banco da Amazônia desempenhou suas funções regulamentares e institucionais. Realizou reuniões com os gestores das unidades corporativas e emitiu avaliações periódicas. Relatou ao Conselho de Administração as matérias resultantes de sua supervisão, monitoramento, análise e avaliação das políticas, práticas e procedimentos de gestão.

Quanto ao sistema de controles internos, o Comitê analisou o ambiente de controle, a avaliação e o gerenciamento de riscos, as atividades de controle, a informação e a comunicação, bem como o monitoramento. A implantação de projetos e a implementação de planos de ação em andamento, sobretudo na área de TI, mitigarão riscos e aprimorarão ainda mais o sistema.

Os trabalhos da Auditoria Externa foram conduzidos com independência e de acordo com as normas técnicas, estando documentados através de plano de auditoria, relatórios e pareceres, que refletem a situação atual do Banco da Amazônia.

A Auditoria Interna também atuou com independência e efetividade. Providências em andamento, relacionadas ao desenvolvimento de processos e implantação de sistemas, permitirão atuar com maior intensidade na avaliação dos riscos de processos de abrangência corporativa.

O Banco da Amazônia vem atendendo as demandas dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Entre os demais temas acompanhados pelo Comitê de Auditoria no período, destacam-se o Projeto de Excelência Tecnológica (PET) e o processo de equacionamento da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF).

As demonstrações financeiras com data-base 31/12/2011, as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer do Auditor Independente estão de acordo com os normativos que regulam a atividade bancária e com as práticas contábeis vigentes no País. Assim, por refletirem a situação financeira e patrimonial da Empresa, ressalvado o possível impacto das responsabilidades atuariais com a CAPAF, cujo montante ainda está indefinido, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Belém (PA), 07 de fevereiro de 2012.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Imos, Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores do Banco da Amazônia S.A.

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

Nossos procedimentos de auditoria revelaram os seguintes assuntos com relação a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF:

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e o Banco, sob orientação de consultoria técnica atuarial especificamente contratada para assessorar o Banco no plano de reestruturação, e em atendimento ao Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos da CAPAF, concluíram a elaboração dos regulamentos do "Plano Misto de Benefícios Saldaído", "Plano Saldaído de Benefício Definido" e do "Plano de Benefícios Previdenciários FREQ/AMAZÔNIA", os quais foram aprovados pelas partes (Diretoria Executiva do Banco e Conselho Deliberativo da CAPAF) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O Banco recebeu da consultoria contratada um estudo atualizado com base em fevereiro de 2010 que estimava o déficit atuarial destes novos planos em aproximadamente R\$ 1.207.000 mil (não auditado e não revisado), o qual considerava as seguintes premissas: (i) a adesão da totalidade dos participantes aos novos acordos do plano de benefício; (ii) a responsabilidade do Banco em 72,84% do valor total do passivo atuarial apurado acima; e (iii) a responsabilidade dos empregados ativos e assistidos em 27,16% do valor total do passivo atuarial apurado acima. A implantação do projeto de reestruturação não foi concluída até a data limite estabelecida pela PREVIC (30 de setembro de 2011), visto que a adesão dos participantes do plano não atingiu o percentual mínimo para que o plano pudesse ser colocado em prática para a efetivação da reestruturação. Como consequência, e em cumprimento às disposições contidas no artigo 44 da Lei Complementar 109, em 3 de outubro de 2011 a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias, conforme Portaria 573, e nomeou seu interventor através da Portaria 574, determinando a perda do mandato dos atuais membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da CAPAF e dando amplos poderes de administração ao interventor. O prazo de intervenção na CAPAF está em curso, e, portanto, não é possível saber quais serão as medidas propostas no processo de intervenção para o saneamento ou liquidação dos planos de beneficiários da CAPAF e seus efeitos nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2011.
- O Banco efetua a provisão para obrigações atuariais com base em um percentual do déficit atuarial calculado pelo atuário-consultor correspondente à parcela do seu patrocínio, que é de 50%. Esse procedimento não está de acordo com a metodologia atuarial prevista na Deliberação CVM 600. Em 31 de dezembro de 2011, o valor referente aos 50% não provisionados monta em R\$ 404.984 mil.
- Durante o exercício de 2010 o Banco aplicou pela primeira vez a Deliberação CVM 600, porém, o laudo atuarial não considerou o efeito da adoção inicial do padrão contábil estabelecido pela CVM 600 e os ganhos e perdas atuariais não foram reconhecidos conforme os requerimentos de transição. Dessa forma, o Banco continuava diferindo o montante total de ganhos ou perdas atuariais acumulados conforme estabelecido pela Deliberação CVM 371, que foi revogada pela Deliberação supracitada.
- Conforme mencionado na nota explicativa 24, em 31 de dezembro de 2011 o Plano Misto de Benefícios apresenta déficit atuarial no montante de R\$ 56.851 mil, o qual não foi registrado pelo Banco como obrigação atuarial.
- Em 31 de dezembro de 2011, o Banco possui registrado na conta Outros Créditos – Diversos – Títulos e Créditos a Receber, no valor de R\$ 143.142 mil, correspondente aos aportes efetuados a maior parte a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, o plano de contribuição definida e pagamento de causas judiciais de responsabilidade daquela Entidade. As partes interessadas expressaram, em instrumentos jurídicos e correspondências, a intenção de utilização destas importâncias no equacionamento do déficit atuarial que existe no plano de benefício definido e/ou restituição dos valores ao Banco. Uma vez que o processo de equacionamento do déficit atuarial dos planos da CAPAF não foi concluído, a realização dos referidos saldos dependerá das decisões tomadas no processo de intervenção da CAPAF pela PREVIC.
- Conforme mencionado na nota explicativa 6, o Banco possui registrado na conta Títulos e Valores Mobiliários, o valor de R\$ 316.453 mil, correspondente a Certificados Financeiros do Tesouro, recebidos pelo Banco dentro do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001. Em 31 de dezembro de 2011, esses títulos foram reclassificados da categoria disponíveis para venda para a categoria de mantidos até o vencimento conforme permitido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil. O Banco tem a prerrogativa de liquidar suas obrigações junto à CAPAF com a utilização desses títulos pelo seu valor de face. Em nosso entendimento, após a transferência desses títulos a valor de face para a CAPAF, estes deverão ser marcados a mercado para fins de cálculo do déficit atuarial e seus efeitos no Banco na figura de patrocinar. O efeito da marcação a mercado, que em 31 de dezembro de 2011 é uma perda de R\$ 37.381 mil, aumentaria a provisão para obrigações atuariais registrada no Banco nesse mesmo montante.

Devido aos assuntos acima mencionados, para a data-base 31 de dezembro de 2011, não nos foi possível concluir sobre a realização do valor a receber da CAPAF de R\$ 143.142 mil registrado em Outros créditos e quanto a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco junto a CAPAF no montante de R\$ 404.984 mil, e o seu respectivo crédito tributário no montante de R\$ 106.360 mil.

Abstenção de opinião

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas.

Ênfase

Conforme mencionado no parágrafo Base para abstenção de opinião e na nota explicativa 24, a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias. Nesta data não é possível mensurar o valor da obrigação atuarial a ser coberta pelo Banco junto a CAPAF, na figura de patrocinar dos planos, bem como o efeito desse evento sobre as operações, sob as demonstrações financeiras e sobre o patrimônio de referência do Banco em 31 de dezembro de 2011.

Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados também para examinar as demonstrações do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Devido a relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, para as quais emitimos relatório datado de 28 de fevereiro de 2011, onde expressamos opinião com ressalva de limitação de escopo referente a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco junto à CAPAF em 31 de dezembro de 2

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	31.12.2011	31.12.2010		31.12.2011	31.12.2010
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	5.285.486	4.341.415	CIRCULANTE	33.227	31.377
DISPONIBILIDADES	2.891.086	1.972.099	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.227	31.377
Recursos a Alocar	2.155.872	1.302.913	Taxa de Administração	33.227	31.377
Recursos Alocados	735.214	669.186	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.237.242	11.505.852
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	23.620	16.561	REPASSES DO TESOURO NO EXERCÍCIO	1.676.867	1.361.306
DEVEDORES POR REPASSES	755	1.449	Primeiro Semestre	875.219	677.902
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	364.187	374.711	Segundo Semestre	801.648	683.404
Financiamentos Rurais	420.309	421.423	REPASSES DO TESOURO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.979.556	9.618.250
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	11.245	14.006	LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	526.296	528.008
Provisão Operações de Crédito	(67.367)	(60.718)	LUCRO DO EXERCÍCIO/PREJUÍZO	54.523	(1.712)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	2.067.779	2.043.142	Primeiro Semestre	(48.468)	(41.484)
Financiamentos Rurais	1.458.727	1.487.852	Segundo Semestre	102.991	39.772
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	347.569	330.695			
Financiamentos - Comércio e Serviços	331.343	271.388			
Provisão Operações de Crédito	(69.860)	(66.793)			
PROVISÃO BÔNUS DE ADIPLÊNCIA	(61.941)	(66.547)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.984.983	7.195.814			
DEVEDORES POR REPASSES	10.464	10.518			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	946.378	1.059.347			
Financiamentos Rurais	985.030	1.113.625			
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	12.320	17.876			
Provisão Operações de Crédito	(50.972)	(72.154)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	7.285.975	6.446.372			
Financiamentos Rurais	2.853.574	2.932.397			
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	2.058.306	1.667.094			
Financiamentos - Comércio e Serviços	2.391.879	1.880.557			
Provisão Operações de Crédito	(17.784)	(33.676)			
PROVISÃO BÔNUS DE ADIPLÊNCIA	(257.834)	(320.423)			
TOTAL	13.270.469	11.537.229	TOTAL	13.270.469	11.537.229

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	31.12.2011	31.12.2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) do exercício	54.523	(1.712)
Despesa de provisão para operações de crédito	271.401	218.352
Despesa de provisão para bônus de adimplência	67.335	103.971
Reversão de provisão para bônus de adimplência	(19.759)	(8.080)
Lucro operacional líquido ajustado do exercício	373.500	312.531
(Aumento) em títulos e créditos a receber	(7.059)	(8.385)
Redução de devedores por repasses	748	742
(Aumento) em operações de crédito	(1.126.919)	(1.441.682)
Aumento em outras obrigações	1.850	5.153
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.131.380)	(1.444.172)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	1.676.867	1.361.306
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.676.867	1.361.306
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	918.987	229.665
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.972.099	1.742.434
No fim do exercício	2.891.086	1.972.099
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	918.987	229.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	31.12.2011	31.12.2010
SALDO EM 31.12.2009		10.146.258
Recursos repassados durante o exercício		1.361.306
Resultado do exercício		(1.712)
SALDO FINAL EM 31.12.2010		11.505.852
Recursos repassados durante o exercício		1.676.867
Resultado do exercício		54.523
SALDO FINAL EM 31.12.2011		13.237.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	31.12.2011	31.12.2010
RECEITAS:	787.669	679.406
Operações de crédito	465.662	424.460
Remuneração das disponibilidades	258.450	165.005
Recuperação de créditos baixados	43.798	81.861
Reversão de provisões bônus de adimplência	19.759	8.080
DESPESAS:	(733.146)	(681.118)
De administração	(335.373)	(272.261)
De remuneração agente - Pronaf	(13.107)	(13.088)
De auditoria externa	(199)	(185)
De renegociações e descontos	(45.731)	(73.261)
De bônus de adimplência	(67.335)	(103.971)
De provisão operações de crédito	(271.401)	(218.352)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	54.523	(1.712)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, com alterações através das Leis Ordinárias nºs 9.126/1995, 10.177/2001, 11.775/2008, e Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

O FNO representa o maior e principal instrumento econômico-financeiro para promover o desenvolvimento econômico e social da Região Norte em bases sustentáveis, tendo como administrador o Banco da Amazônia S.A. Seus recursos financeiros são oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e proventos de qualquer natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), se destinam ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas na Região.

As aplicações dos recursos financeiros do FNO estão pautadas nas diretrizes expressas na legislação, nas diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2008 a 2011, nas orientações estratégicas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no Plano Amazônia Sustentável (PAS), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Política Nacional de Agricultura Familiar, na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, no Plano Nacional de Turismo (PNT), no Programa Mais Cultura, na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, nas políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, da pesca e aquicultura e nos Planos Plurianuais dos Estados da Região Norte.

a) Área de atuação

Os recursos financeiros do FNO se destinam, exclusivamente, ao financiamento de atividades produtivas desenvolvidas nos 450 municípios da Região Norte, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 Km².

b) Política de crédito

A política de concessão de créditos e financiamentos está contida no Plano de Aplicação dos Recursos para 2011, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

c) Programas de financiamento

Os recursos financeiros do FNO para o ano de 2011 foram aplicados através de quatro programas de financiamento contidos no Plano de Aplicação de Recursos para 2011, compreendendo: 1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); 2. Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); 3. Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); e, 4. Programa de Financiamento ao Microempreendedor Individual (FNO-MEI). Referidos programas contemplam todas as atividades produtivas da economia regional, priorizando a concessão de financiamentos aos mini e pequenos produtores rurais e microempresas e empresas de pequeno porte que desenvolvem atividades não rurais.

d) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

e) Fiscalização

Para efeito de fiscalização e acompanhamento, os demonstrativos contendo a movimentação dos recursos, aplicações e os resultados do FNO são enviados mensalmente aos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda. Semestralmente, é encaminhado ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM) e ao Ministério da Integração Nacional o Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos e, anualmente, a Prestação de Contas dos recursos do Fundo é remetida à Secretaria Federal de Controle Interno e ao Congresso Nacional.

2. Principais diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

De acordo com o Decreto nº 6.367/2008, os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito contratadas a partir de janeiro de 2008 e as operações ativas em 31 de dezembro de 2007, formalizadas com as taxas prefixadas pela Lei nº 10.177/2001, estão entre 5% a 10% a.a. conforme a área de atuação e porte dos tomadores.

Quanto ao estoque das operações anteriores a 15 de janeiro de 2001, incidem encargos definidos em função do prazo da contratação e das renegociações efetivadas de acordo com os dispositivos legais e específicos para Fundos Constitucionais.

Nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos financeiros variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do Decreto nº 5.641/2005.

b) Ativo

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, que são remunerados pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

Os financiamentos são demonstrados pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de Rendas a Apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

c) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

d) Demonstrativos financeiros

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), em cumprimento à Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

3. Operações de crédito

a) Risco

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

a.1. Risco integral do Fundo:

- (i) operações vigentes contratadas desde a publicação da Lei nº 7.827/1989 até 30 de novembro de 1998, conforme dispõe o artigo 13 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Tais operações correspondem ao montante de R\$817.322 (R\$920.495 em 2010), já deduzido da provisão para operações de crédito, no valor de R\$103.245 (R\$117.408 em 2010);

- (ii) financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C e Floresta, cujo montante corresponde a R\$493.243 (R\$513.563 em 2010), já deduzido da provisão para operações de crédito no valor de R\$15.094 (R\$15.464 em 2010); e

- (iii) operações de repasses a outras instituições financeiras, que importam em R\$11.219 (R\$11.967 em 2010).

a.2. Risco compartilhado:

Operações vigentes contratadas a partir de 01 de dezembro de 1998, cujo risco pela concessão dos créditos são compartilhados entre o Banco da Amazônia S.A. e o Fundo, correspondem ao montante de R\$9.353.754 (R\$8.489.514 em 2010), já deduzido da provisão para operações de crédito no valor de R\$87.644 (R\$80.469 em 2010).

b) Provisão

- b.1. A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005. Referida provisão corresponde ao montante de R\$128.355 (R\$107.511 em 2010), registrada totalmente no circulante.

- b.2. Conforme previsto na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:
 - a) montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
 - b) valor da provisão existente antes da referida renegociação.

O montante dessa provisão corresponde a R\$68.756 (R\$05.830 em 2010), registrada totalmente no realizável a longo prazo.

- b.3. As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

- b.4. Adicionalmente, foi constituída provisão das operações de crédito de risco compartilhado vinculadas ao PRONAF, no montante de R\$8.872, tendo em vista ter sido concluído, pela auditoria interna do Banco, o mapeamento de todas as operações vinculadas ao Programa, onde foram identificadas as operações de crédito com indícios de fraude.

A constituição da provisão foi fundamentada no que estabeleça as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nºs 1.137/2008 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público) e 1.268/2009 (Trata das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público).

Na movimentação das provisões dos exercícios de 2011 e 2010 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos, vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstrada:

Discriminação	31.12.2011	31.12.2010
Saldo Inicial	(213.341)	(259.090)
Risco Integral FNO	(132.872)	(145.026)
Risco Compartilhado	(80.469)	(114.064)
Provisões constituídas	(271.401)	(218.352)
Risco Integral FNO	(119.047)	(120.434)
Risco Compartilhado	(152.354)	(97.918)
Valores baixados	278.759	264.101
Risco Integral FNO	133.580	132.588
Risco Compartilhado	145.179	131.513
Saldos no fim do exercício	(205.983)	(213.341)
Risco Integral FNO	(118.339)	(132.872)
Risco Compartilhado	(87.644)	(80.469)

Composição da carteira:

	Risco do Fundo					
	31.12.2011			31.12.2010		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Financiamentos						
Indústria	17.636	5.929	23.565	24.134	7.748	31.882
Rurais	1.252.294	153.045	1.405.339	1.405.876	129.172	1.535.048
Subtotal	1.269.930	158.974	1.428.904	1.430.010	136.920	1.566.930
Dev. p/ Repasses	11.219	-	11.219	11.967	-	11.967
Total da Carteira	1.281.149	158.974	1.440.123	1.441.977	136.920	1.578.897
Provisão	(50.972)	(67.367)	(118.339)	(72.154)	(60.718)	(132.872)
Total Líquido	1.230.177	91.607	1.321.			

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Somente fará jus ao bônus de adimplência, cujas principais taxas estão especificadas na tabela a seguir, a parcela paga até a data do respectivo vencimento.

Descrição	Lei n° 10.177	Lei n° 10.464	Lei n° 10.696
Industrial	15% s/ encargos financeiros	Não aplicado	Não aplicado
Rural	15% s/ encargos financeiros	Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14%	Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14%
Comércio e Serviços	15% s/ encargos financeiros	Não aplicado	Não aplicado
Proceca		70% sobre a parcela	a) 70% sobre a parcela b) 90% na liquidação da dívida.
Pronaf		30% sobre a parcela	30% sobre a parcela

Para as operações contratadas após 13 de janeiro de 2000 é concedido o percentual de 15% de bônus, conforme artigo 1º, incisos I, II e III, parágrafo 5º, da Lei n° 10.177/2001.

Os mutuários que honraram suas parcelas dentro do cronograma de vencimento foram elegíveis ao bônus de adimplência que representou no exercício o montante de R\$114.771 (R\$111.936 em 2010). Adicionalmente, houve reversão de provisão no valor de R\$19.759 (R\$8.080 em 2010), por falta de pagamento das parcelas nas datas pactuadas. O ajuste de provisão contabilizado como despesa, foi de R\$67.335 (R\$103.971 em 2010).

e) Renegociações

Ocorreram no exercício 4.180 (12.809 em 2010) renegociações de operações de crédito, totalizando o montante de R\$141.283 (R\$826.818 em 2010) sendo que 1.113 (5.293 em 2010) operações, no valor de R\$126.700 (R\$702.487 em 2010) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 3.067 (7.516 em 2010) operações, correspondente a R\$14.583 (R\$124.331 em 2010) tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, com destaque para o seguinte normativo:

e.1. Art. 56 da Lei n° 11.775/2008, regulamentado pelo Decreto n° 7.137/2010, que autorizou prorrogação e concessão de descontos na liquidação de operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal – PRODEX, do Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada – PRORURAL ou do FNO-Especial. Foram regularizadas 3.019 (6.510 em 2010) operações de crédito no montante de R\$14.528 (R\$58.530 em 2010) e nas liquidações de operações ativas foram concedidos descontos no total de R\$41.281 (R\$62.296 em 2010).

f) Recuperação de créditos baixados

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$43.798 (R\$81.861 em 2010) e o Banco da Amazônia com R\$ 22.462 (R\$28.365 em 2010) referentes às recuperações de créditos baixados com base nas regras da Portaria Interministerial MF/MI n° 11/2005, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração com base nas práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 3.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 3.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2 e 3 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, para as quais emitimos relatório datado de 28 de fevereiro de 2011, contendo ressalva de limitação de escopo quanto a mensuração de prováveis perdas provenientes de ilícitudes perpetradas por terceiros em algumas operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as perdas referentes a parcela do risco compartilhado do Fundo naquelas operações foram mensuradas e registradas no resultado corrente do exercício.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-“S”-PA

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-“S”-PA

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106.036/O-5-“S”-PA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Luiz Fernando Pires Augusto - **Presidente**. Abidias José de Sousa Junior - **Conselheiro**. Fabrício Da Soller - **Conselheiro**. Marcos José Pereira Damasceno - **Conselheiro**. Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios - **Conselheiro**. José Helder Silveira de Almeida - **Conselheiro**.

CONSELHO FISCAL: Glauben Teixeira de Carvalho - **Presidente**. Manuel dos Anjos Marques Teixeira - **Conselheiro**. Ricardo Pena Pinheiro - **Conselheiro**. Penha Maria Barroso Aguiar - **Conselheiro**.

DIRETORIA EXECUTIVA: Abidias José de Sousa Junior - **Presidente**. Antônio Carlos de Lima Borges - **Diretor de Infraestrutura de Negócio (DINEG)**. Eduardo José Lima Cunha - **Diretor de Análise e Reestruturação (DIARE)**. Gilvandro Negrão Silva - **Diretor Comercial e de Distribuição (DICOM)**.

Wilson Evaristo - **Diretor de Gestão de Recursos (DIREC)**. Carlos Pedrosa Júnior - **Diretor de Controle e Risco (DICOR)**.

COMITÊ DE AUDITORIA: Carlito Silvério Ludwig - **Presidente**. Hélio Graça - **Membro**.

CONTADOR: Maria de Belém Silva Cotta - CRC-PA 007217/O.